

# Motorista movimentou R\$ 1,2 milhão

# Queiroz recolhia de 9 e depositava para esposa de Bolsonaro



**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**



**Venda da cessão onerosa reduzirá participação da Petrobrás no pré-sal, diz Siqueira**

O vice-presidente da Aepet, Fernando Siqueira, afirmou que o projeto que permite a venda do excedente da cessão onerosa irá repassar ao cartel internacional do petróleo quase 21 bilhões de barris. Segundo Siqueira, a venda dos direitos da Petrobrás na cessão onerosa (5 bilhões de barris) reduzirá a participação da estatal no pré-sal de 48% para 28%. **P. 2**

**Réu por crime ambiental será o ministro do Meio Ambiente**

Ricardo de Aquino Salles, indicado ministro, é réu em ação civil pública ambiental e de improbidade administrativa, movida pelo Ministério Público de São Paulo, em maio do ano passado. **Página 3**

**Chile: 91% dos aposentados só recebem meio salário mínimo**

Durante os 37 anos da privatização da Previdência do Chile, apenas metade dos trabalhadores chilenos conseguiu se aposentar, aponta estudo da ANFIP, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal. **Página 5**

## Investigação de propina na Alerj chega a Flávio Bolsonaro. História cada vez mais mal explicada

**O** motorista do filho de Bolsonaro, Fabrício Queiroz, movimentou, em um ano, R\$ 1,2 milhão em sua conta bancária, incluindo R\$ 24 mil para a esposa de Bolsonaro. Nove funcionários do gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio depositavam na conta de Queiroz, que fez 176 saques em um ano – inclusive, em alguns

dias, cinco saques para burlar a fiscalização. As irregularidades foram constatadas na Operação Furna da Onça, da Polícia Federal e do Ministério Público, que prendeu 10 deputados estaduais e investiga 75 funcionários da Assembleia do Rio. Bolsonaro declarou que o dinheiro recebido na conta de sua mulher é pagamento de um empréstimo que fez a Queiroz. **Página 3**

# HORA DO POVO

ANO XXIX - Nº 3.688 12 e 13 de Dezembro de 2018

★ ★ ★ ★ ★

**Caixa 2 de Onyx já triplicou em relação ao que admitiu. Moro em 2017 chamou crime de “terrível”**

Onyx Lorenzoni, futuro ministro da Casa Civil, confessou o recebimento de caixa 2 de R\$ 100 mil em 2014 da JBS. Mas o valor foi, na verdade, R\$ 200 mil. E ainda omitiu R\$ 100 mil

que pegou em 2012, quando não disputou qualquer cargo eletivo. Segundo a opinião, em 2017, do juiz Sérgio Moro, “caixa 2 nas eleições é trapaça, é um crime contra a democracia”. **Pág. 3**



Motorista Fabrício José Carlos Queiroz e a intimidade com Eduardo e Jair Bolsonaro



Queiroz tinha a família inteira empregada no gabinete de Flávio Bolsonaro, na Alerj

# Segredos militares da Embraer passarão à Boeing, acredita juiz

Liminar que impedia a venda da empresa brasileira foi suspensa na segunda



## EUA manda prender diretora da Huawei, concorrente chinesa

**China adverte Canadá, o país que efetuou a prisão ilegal, para as ‘graves consequências’**

O governo Trump determinou - e o governo canadense aceitou - a prisão de Meng Wanzhou, a diretora financeira da Huawei, gigante chinesa dos equipamentos

de telecomunicações. A China advertiu o Canadá de que “a única maneira de evitar pagar um preço muito caro” é a libertação imediata de Meng. **P. 7**

## Macron recua, aumenta o salário mínimo, mas não detém protestos

Manifestações estão convocadas pela CGT, para o dia 14, e um ato “Fora Macron” para o próximo sábado. **Página 6**

“Quanto aos segredos militares não serem transferidos à Boeing, a garantia representada por uma ‘comissão paritária’ que pode ser limitada a apenas dois membros, um deles indicado pela Boeing e o outro pela Embraer, encontra-se distante de representar uma real garantia de preservação de segredos”, afirmou o juiz Victorio Giuzio Neto, da 24ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, na sentença em que suspendeu na semana passada, por decisão liminar, a transferência da Embraer para a empresa norte-americana Boeing. Nesta segunda-feira, o desembargador Federal do TRF-3, Luiz Alberto de Souza Ribeiro, cassou a liminar da Justiça Federal de São Paulo. **Página 2**

# Dois líderes do MST são assassinados na Paraíba



## Juiz cassa liminar e mantém desnacionalização da Embraer

Nesta segunda-feira, 10, o desembargador Federal Luiz Alberto de Souza Ribeiro cassou a liminar da Justiça Federal de São Paulo que suspendia a transferência da Embraer para a empresa norte-americana Boeing alegando que a negociação não coloca "quaisquer interesses públicos em risco".

Na semana passada, o parecer liminar do juiz Victorio Giuzio Neto, da 24ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo foi de que era necessária uma medida "cauteladora" para evitar que os impactos da entrega de uma companhia estratégica não fosse avaliado levando em consideração interesses e princípios nacionais.

Ao contrário do juiz que cassou a decisão - que afirmou que se trata de "uma negociação entre duas empresas privadas, que operam segundo os princípios da livre iniciativa e liberdade negocial" - Giuzio Neto disse no parecer que a Embraer "não pode ser considerada qualquer empresa da indústria civil, como as de cerveja ou cosméticos".

A "join venture" a ser criada com a negociação, na verdade, se trata da entrega da Embraer à companhia norte-americana - já que os termos preveem que a primeira conceda toda a sua estrutura de operação comercial, mas fique com apenas 20% - enquanto a Boeing abocanha 80% do negócio.

### COMISSÃO "PARITÁRIA"

Ao derrubar a liminar, o juiz do TRF-3 ainda disse que cabe à União o poder de veto à operação "caso se identifique a possibilidade de algum dano ou prejuízo aos interesses públicos".

Apesar de o desembargador considerar a liminar que paralisou as negociações "infundada e precipitada", a medida de suspensão era cautelar justamente porque em uma manobra as empresas apresentaram como solução para a proteção dos segredos militares a criação de uma "comissão paritária". No entanto, essa "comissão" será formada por dois membros - um deles indicado pela empresa americana - sem que o poder legislativo e o Conselho de Defesa Nacional fossem consultados e participassem do processo.

"Quanto aos segredos militares não serem transferidos à Boeing, a garantia representada por uma 'comissão paritária' que pode ser limitada a apenas dois membros, um deles indicado pela Boeing e o outro pela Embraer, encontra-se distante de representar uma real garantia de preservação de segredos, razão pela qual, por não especialista neste tema, de todo recomendável a oitiva do órgão legitimado para esta questão que, nos termos constitucionais é o Conselho de Defesa Nacional, a fim de realizar análise se a 'garantia' prevista atende aos interesses da segurança do país", afirmou.

Desde julho, a Boeing e a Embraer têm costurado um acordo de intenções de formação desta nova companhia na área da aviação comercial. Embora a estrutura inteira de operação dessa "nova companhia" já exista e seja inteiramente da Embraer, a Boeing sairia com a maior parte do negócio.

### ACORDO

Um "memorando de entendimentos" assinado em Nova Iorque em outubro pelas duas empresas explicita que a entrega da Embraer para a Boeing se trata, na verdade, da doação de uma das maiores empresas de aviação do mundo para que esta se torne mais uma montadora de projetos americana instalada no Brasil. Segundo o acordo, a Boeing abocanha toda a operação da Embraer pagando miseráveis US\$ 3,8 bilhões - pouco mais da metade da receita anual da Embraer. As operações comerciais, que serão transferidas à Boeing, representam 60% da receita da companhia brasileira e é o que permite geração de recursos para que as áreas de investimento, pesquisa e defesa existam.

Privatizada em 1994, o governo brasileiro detém uma ação de classe especial chamada "golden share" na Embraer - o que lhe dá o direito de veto em qualquer decisão estratégica. No entanto, como explicita a decisão do desembargador do TRF-3, a questão tem sido tratada até agora como uma mera fusão de companhias comerciais, colocando em risco um patrimônio consolidado na área da aviação e aeronáutica, além da nossa soberania.

O papel do Executivo na salvaguarda do nosso patrimônio e soberania está ameaçado com a eleição de Bolsonaro. "Eu vou alavancar o negócio", adiantou o presidente eleito em entrevista no mês passado. "Fusão da Embraer com a Boeing continua. Sem problema nenhum".

PRISCILA CASALE

# Pré-sal: venda da cessão onerosa reduzirá participação da Petrobrás



Fernando Siqueira também condenou a privatização das refinarias da estatal



## Estudo do IBGE revelou o mapa da pobreza do país em 2017 Política do ajuste fiscal leva 2 milhões de pessoas à extrema pobreza em 1 ano

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na quarta-feira (5), revelou que aumentou o número de pessoas em situação de pobreza, passando de 52,8 milhões em 2016 para 54,8 milhões em 2017, um crescimento de cerca de 4% (quase 2 milhões de pessoas), o que significa 26,5% da população (em 2016, eram 25,7%).

No período, o número de pessoas em condição de pobreza extrema saltou de 13,5 milhões para 15,3 milhões, o que representa 7,4% da população.

O IBGE utiliza os critérios do Banco Mundial. A pessoa é considerada em condição de extrema pobreza quando dispõe menos de US\$ 1,90 por dia, cerca de R\$ 140 mensais. A linha de pobreza é o rendimento menor que US\$ 5,5 diários, o equivalente a R\$ 406 por mês.

Conforme o IBGE, no ano passado, o rendimento médio mensal domiciliar per capita em todo o país foi de R\$ 1.511.

Por região, o Nordeste foi o que apresentou o maior percentual de pessoas na situação de extrema pobreza no ano passado, com 14,7%, contra 13,2% em 2016. A

menor proporção foi registrada na Região Sul, com 2,9%. No ano anterior havia sido de 2,4%.

Segundo o IBGE, "o crescimento do percentual de pessoas abaixo dessa linha [de pobreza extrema] aumentou em todas as regiões, com exceção da Região Norte, onde se manteve estável".

Em relação à população brasileira em situação de pobreza, quase metade estava no Nordeste - dos 54,8 milhões de pobres no país, mais de 25 milhões vivem nos estados dessa região. A maior proporção de pobres reside no Maranhão, atingindo mais da metade da população. Em Santa Catarina foi registrado o menor percentual de pobres (8,5%).

A pesquisa do IBGE detectou que no ano passado havia 26,9 milhões de pessoas vivendo com menos de ¼ do salário mínimo, o que equivale a R\$ 234,25, um aumento de mais de 1 milhão de pessoas na comparação com o ano anterior (25,9 milhões).

No mesmo período aumentou em 1,5 milhão o número de brasileiros com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 85 por mês. Em 2016 eram 8,2 milhões de pessoas nesta condição, e

este contingente saltou para 9,7 milhões em 2017 - um aumento de 18,3%.

"A pobreza teve uma mudança significativa neste período. Todas as faixas de rendimento usadas para classificar a pobreza tiveram aumento", enfatizou o analista da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE, Leonardo Athias.

Dentre as causas que levaram ao aumento da pobreza no Brasil, o técnico do IBGE destacou o aumento do desemprego e da informalidade, a recessão econômica, além do corte de investimentos no programa Bolsa Família. "Quem já era pobre ficou mais pobre. Mas teve gente que ficou pobre e não o era antes", afirmou o pesquisador.

O levantamento do IBGE mostrou ainda a desigualdade na distribuição de renda. Na média nacional, os 10% mais ricos chegam a receber 17,6 vezes mais que os mais pobres. Já o grupo dos 10% com os maiores rendimentos concentrava 43,1% de toda a massa de rendimento, que é a soma de toda a renda do país. O grupo dos 40% com os menores rendimentos detiveram apenas 12,3% da massa salarial.

## Produção industrial do país varia 0,2%

Após três quedas consecutivas, a produção industrial registrou variação de 0,2% na passagem de setembro para outubro. Os dados foram divulgados pela pesquisa mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ficaram abaixo das expectativas do mercado cuja projeção era de crescimento mensal vigoroso.

Com o resultado, a indústria inicia o quarto trimestre do ano sem conseguir recuperar alguma parcela das perdas do trimestre anterior; acumulada em -2,7%. Em setembro, o volume de produção do setor recuou -1,8%, após ter registrado queda de -0,7% em agosto e de -0,2% em julho.

Ainda assim, o setor acumula em 2018 até outubro um crescimento de 1,8% sobre os mesmos dez meses de 2017.

O resultado, no entanto, coloca o volume de produção ainda 16,2% abaixo do pico registrado em 2013.

### SETORES

Os macrossetores de bens de consumo intermediários, semi e não duráveis representam 80% da produção industrial e foi graças aos resultados das empresas que fazem parte desses grupos que o desempenho em outubro não foi satisfatório. O destaque ficou com a queda nos produtos alimentícios, de 2% apenas na passagem de setembro para outubro - refletindo na outra ponta o baixo consumo das famílias.

Ainda assim, 17 dos 26 ramos analisados cresceram no comparativo mensal, com destaque para a in-

dústria extrativa (+3,1%), máquinas e equipamentos (+8,8%), veículos automotores (+3%) e bebidas (+8,6%).

Os setores de metalurgia e coque, derivados de petróleo e biocombustíveis também tiveram resultados negativos de -3,7% e -1,2%, respectivamente.

### PIB

A economia brasileira avançou 0,8% no terceiro trimestre na comparação com o mesmo período anterior, segundo dados do IBGE. A participação da indústria na composição do PIB (Produto Interno Bruto) é avaliada por economistas como "insatisfatória", mas contribuiu com variação positiva de 0,4% - o primeiro resultado positivo no ano.

## Fernando Siqueira, vice-presidente da Aepet participou de audiência pública

Em audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, realizada na terça-feira (04), o vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira, afirmou que o projeto que permite a venda do excedente da cessão onerosa à Petrobrás irá repassar ao cartel internacional do petróleo quase 21 bilhões de barris, equivalentes a US\$ 800 bilhões.

Segundo Siqueira, a venda dos direitos da Petrobrás na cessão onerosa (5 bilhões de barris) reduzirá a participação da estatal no pré-sal de 48% para 28%.

Siqueira também criticou o projeto de lei em tramitação no Senado (PLC 78/18), já aprovado na Câmara, por iniciativa do notório deputado baiano José Carlos Aleluia (DEM), que permite a venda de 70% da área de cessão onerosa da Petrobrás no pré-sal, equivalente a 3,5 bilhões de barris.

"É mais absurdo ainda é o fato de que no campo de Búzios, que é um dos componentes da cessão onerosa, a Petrobrás tem o direito de explorar 3 bilhões de barris; mas o campo tem hoje 13 bilhões previstos. Então você vai ter a Petrobrás dona de um campo e aparece uma multinacional, que certamente vai entrar, e vai produzir 10 bilhões dentro do mesmo campo", alertou. "Não existe [nada igual] no mundo! É um absurdo tão grande", indignou-se Siqueira.

O dirigente da Aepet também criticou a proposta de privatização de refinarias da Petrobrás. Ele argumentou que países produtores de petróleo costumam refinar tudo o que produzem.

Na administração tucana, foi revogado o monopólio estatal do refino, exercido pela Petrobrás (Lei 9.478/97). De lá para cá, nenhuma empresa privada se interessou em construir refinarias no país.

Segundo a Administração de Informação de Energia do Departamento de Energia dos Estados Unidos (EIA), as margens de refino da gasolina caíram para valores de cinco anos atrás: "O achatamento ano a ano na demanda de gasolina nos EUA, combinado com altos níveis de produção de refinarias, contribuíram para margens de refino de gasolina baixa ou negativa para refinadores ao longo das costas Leste e do Golfo".

Siqueira refutou o argumento do representante do Ministério de Minas e Energia, Cláudio Ishiara, de que petróleo é uma commodity.

"Commodities são produtos que eventualmente você pode substituir. Por exemplo, você pode substituir carne de frango por carne de boi, mas o petróleo, infelizmente, é insubstituível. Como já foi dito, a Europa, a Ásia não têm petróleo, a China não em petróleo. E são grandes

consumidores. O petróleo é a causa de todas as guerras, assassinatos, invasão indevida de países. Eu nunca vi uma commodity ser causa de invasão, derrubada de presidente. O petróleo e gás são responsáveis por 59% da matriz energética mundial. E isso vai durar ainda uns 40 anos e, por isso, não vejo que o petróleo seja uma commodity que possa ser substituída", disse.

Para o dirigente da Aepet, "o Brasil se tornou um exportador mais forte por causa de uma política de preço canhestra do senhor Pedro Parente que fez com que as refinarias ficassem ociosas e a Petrobrás teve de aumentar as exportações, reduzindo o faturamento". E acrescentou: "É necessário aumentar a capacidade de refino do país, porque o consumo está aumentando".

Para o ex-consultor legislativo da Câmara Paulo César Lima, o custo médio de refino da Petrobras é inferior a US\$ 3 o barril, um dos menores do mundo. "A primeira coisa [a ser ressaltada] é que o petróleo é um bem da União. Então, essa coisa de que o refino é uma coisa privada, uma mercadoria como outra qualquer não é verdade. O art. 177 da Constituição deixa isso bem claro e o beneficiário disso tem de ser o povo, mas isso não acontece", argumentou.

Segundo ele, "essa visão de que a Petrobrás é uma empresa apenas de produção e não de refino não faz o menor sentido. Tanto assim que ela construiu um parque de refino desde 1954, sendo hoje responsável por 98% do refino nacional".

"É importante ressaltar que a Petrobrás é uma empresa muito eficiente, tanto na exploração quanto no refino. O custo médio de refino da Petrobrás é de US\$ 3 por barril, baixíssimo. Isso ostra a capacidade e a eficiência das nossas refinarias", frisou.

O deputado Bohn Gass (PT-RS) avaliou que o discurso da privatização contém três falácias: "A primeira lorota é de que privatizando vai angariar recursos para o Estado. Mentira. Porque vendem a preço de banana, não tem nenhum recurso que viria para o tal do caixa. Segunda falácia das privatizações: vai ter eficiência. Imagina a empresa privada falando da Petrobras que é uma empresa pública que foi premiada no mundo. É terceiro grande engodo: os preços para o consumidor vão ser menores".

Ishiara, do MME, ressaltou como ponto positivo a entrada do capital estrangeiro no setor de combustível, como a compra de 30% da Petronac (Per-nambuco) pela PetroChina, a compra de 78% da Alesat pela anglo-suíça Glencore, a compra de 50% da distribuidora de combustíveis Rodoil pela holandesa Vitol e a compra de 280 postos da Zema Petróleo pela francesa Total.

VALDO ALBUQUERQUE

## Com economia no chão, IPCA registra deflação em novembro

A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou variação negativa de 0,21% em novembro, de acordo com os números divulgados na sexta-feira (07) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi a segunda deflação (inflação negativa) registrada no ano. Em agosto havia ficado em -0,09%.

No acumulado no ano até novembro, o IPCA está em 3,59% e em 12 meses, 4,05%, abaixo da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Quando há deflação, significa que a economia está no fundo do poço. Com o desemprego em massa e o arrocho salarial, o número de compradores de produtos e serviços diminui e os preços caem. E vira uma bola de neve, pois as principais causas pela paralisa da economia, desemprego e arrocho salarial continuam - juros reais siderais e corte dos investimentos públicos. Cinco dos nove grupos de

produtos e serviços pesquisados pelo IBGE apresentaram deflação em novembro, com destaque para transportes (-0,74%), habitação (-0,71%) e saúde e cuidados pessoais (-0,71%).

No grupo dos transportes, a maior queda nos preços em novembro aconteceu nos combustíveis (-2,42%). A gasolina ficou, em média, 3,07% mais barata. Óleo diesel e o etanol tiveram redução de -0,58% e -0,52%, respectivamente.

No grupo habitação (-0,71%), o destaque ficou com o item energia elétrica (-4,04%).

No grupo saúde e cuidados pessoais, os itens de higiene pessoal ficaram, em média, 4,65% mais baratos. Segundo o IBGE, das 16 regiões pesquisadas somente a de Goiânia teve inflação em novembro, de 0,12%. Em Belém, a variação média dos preços foi zero. Nas 14 demais houve deflação. São Paulo, com peso de 30,67% na composição do indicador nacional, registrou deflação de -0,30%.

## Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



**HORA DO POVO**  
é uma publicação do  
Instituto Nacional de  
Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo-SP  
E-mail: inc24agosto@uol.com.br  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: hprj@oi.com.br  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: horadopovomg@uol.com.br  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317  
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Camp Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.  
**www.horadopovo.com.br**



# Bolsonaro não esclarece nada sobre motorista de R\$ 1,2 milhão



## A deputada federal eleita pelo PSL Joyce Hasselmann apronta barraco na bancada do PSL

Às 12:55 h da quinta-feira (07/12), o deputado Eduardo Bolsonaro entrou no grupo de WhatsApp da bancada do PSL (“Bancada PSL 2019”) e escreveu:

“PSL está de fora das articulações? Estou fazendo o que aqui com o líder do PR aqui agora? Ocorre que eu não preciso e nem posso ficar falando aos 4 cantos o que ando fazendo por ordem do presidente. Se eu botar a cara publicamente o Maia pode acelerar as pautas bombas do futuro governo. Por isso quem tem feito mais essa parte é o Delegado Waldir no plenário e o Onyx via líderes partidários.

“Salta aos olhos a intenção da Joice [Hasselmann] de ser líder e assim como já demonstrou na época da campanha ela atropela qualquer um que esteja a frente de seus objetivos pessoais. Não está pensando no Brasil como a plataforma do PSL sempre propôs. Aconteceu de maneira bizarra com o Olímpio na época da eleição dela, então candidata ao senado, se lançou sozinha ao governo de SP atropelando o Major Olímpio e agora acontece comigo novamente. Apenas a Joice tem tido essa conduta, todos os demais tem procurado de inteiro de como é o trabalho, formar gabinete, buscando nomes e como naturalmente ocorre com suas dúvidas, afinal a esmagadora maioria é de 1º mandato.

“Vamos começar o ano já rachados, um olhando para o outro com desconfiança e os novos chegando cheios de dúvidas e incertezas graças a esse temor gratuito imputado em suas cabeças. Caso não tenham percebido na última reunião do PSL foi um discurso da Joice preparando terreno para receber os votos dos novinhos, enquanto eu fui de coração aberto mostrando a realidade para vs. Assim complica. Ademais a Joice chamou uma reunião na data em que eu estava nos EUA propositalmente, para reforçar que eu estaria apenas viajando e não dando conta do partido. Assim como todos vc's eu sigo ordens, quem acompanhou minhas viagens pelas redes sabe que durmo pouco e nem turismo faço.”

Depois de considerar que sua colega de bancada é uma “sonsa”, em outra mensagem, disse Eduardo Bolsonaro:

“Joice, sua fama já não é das melhores. A continuar assim vai chegar com fama ainda maior de louca no Congresso. Favor não confundir humildade com subordinação. Liderança é algo automático, não imposto.”

Em resposta, escreveu a deputada eleita Joyce Hasselmann (PT-SP) que o fato de Eduardo Bolsonaro ser filho de Bolsonaro era uma “vidraça” para o PSL. E, em seguida:

“Qual é o problema em eu ou qualquer outro deputado querer disputar a liderança??? O fato de termos um deputado que também é filho do nosso presidente (por quem trabalharei todos os dias) não nos exclui. Isso é democracia. Você é dentro do partido um parlamentar que fez votação estrondosa com o sobrenome que tem. Eu também fiz, sem sobrenome. Se quisermos ter 52 candidaturas podemos ter e decidimos no voto e no debate, não por recadinhos infantis via Twitter. Cresça.”

“Eduardo, não admito nem te dou liberdade para falar assim comigo, ou escrever algo nesse tom. Não te dei liberdade pessoal nenhuma, portanto, ponha-se no seu lugar. Minhas discussões aqui são políticas e não pessoais. Se formos discutir a questão ‘fama’, a coisa vai longe. Então não envergonhe o que seu pai criou.”

Vários outros membros da bancada do PSL intervieram na discussão. Por exemplo, disse o deputado Ubiratan Sanderson (PSL-RS):

“Como não dei procuração e nem fui procurado pela senhora para que pudesse falar em meu nome, mesmo que de forma indireta, NÃO LHE AUTORIZO usar o meu nome ou a minha condição de futuro parlamentar (mesmo que indiretamente) para quaisquer representações”.

### DEBATE

A troca de ideias começou com uma mensagem da deputada Hasselmann, segundo a qual, “tem deputado eleito se passando por líder do PSL a partir de 2019 e atrapalhando demais as articulações para formação de bloco, fazendo com que o partido passe vergonha”.

O ataque era ao deputado Delegado Waldir (PSL-GO), no momento, um dos principais articuladores do partido de Bolsonaro na Câmara. Mas, segundo a deputada Hasselmann, a articulação política do PSL “está abaixo da linha da miséria”.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

C. L.



Evaristo Sá / AFP/Getty Images

Explicação de Bolsonaro sobre o caso cada vez mais fica embrulhada

## “Democracia repele a noção autoritária do pensamento único”, diz Rosa Weber

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou, nesta segunda-feira (10), a cerimônia de diplomação do presidente eleito, Jair Bolsonaro, com seu vice Hamilton Mourão, para cumprir mandato de 2019 a 2022. Os diplomas foram entregues pela presidente do TSE, ministra Rosa Weber, que durante a solenidade fez um contundente pronunciamento em defesa da democracia e dos direitos humanos.

Rosa Weber destacou que a “democracia, não nos esqueçamos, repele a noção autoritária do pensamento único”.

“A democracia não se resume a escolhas periódicas por voto secreto e livre de governantes. É também exercício constante de diálogo e de tolerância, de mútua compreensão das diferenças, de sopesamento pacífico de ideias antagônicas. Sem que a vontade da maioria busque suprimir ou abafar a opinião dos grupos minoritários, e muito menos tolher ou comprometer os direitos constitucionalmente assegurados”, assinalou.

Para a presidente do TSE, os sistemas de governo são modelos “em permanente evolução”

e, por conta disso, as reformas políticas devem ser implementadas sempre com o propósito de “aperfeiçoamento das instituições da República, jamais com o intento menor de inibir o dissenso ou excluir forças políticas com ideologia diversa”.

“É da essência mesma do regime democrático a convivência de opostos, pois dessa pluralidade resulta a realização de um dos princípios estruturantes do Estado Democrático de Direito, como expressamente o proclama nossa Constituição”, frisou.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Guedes anuncia quatro integrantes do governo Temer na sua equipe

O ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, anunciou neste sábado (8) quatro integrantes do governo Temer na sua equipe. Um deles é Esteves Colnago, que será o secretário-adjunto da Fazenda na gestão de Paulo Guedes.

Colnago é o atual ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de Temer.

Antes de assumir a pasta no governo Temer, em abril de 2018, Colnago foi secretário-executivo adjunto dos ministérios da Fazenda e do Planejamento e presidente do Conselho do BNDES e do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).

Guedes anunciou como secretário-executivo do Ministério da Economia, segundo posto mais importante da pasta, o economista Marcelo Guarany, atual subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil.

Ele foi diretor-presidente e diretor de Regulação Econômica da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e assessor especial para infraestrutura na Casa Civil nos governos Dilma Rousseff.

Outro integrante da equipe econômica do governo Temer é Waldery Rodrigues Júnior, que ocupará o cargo de secretário-geral da Fazenda de Paulo Guedes. Atualmente é assessor especial do Ministério da Fazenda e presidente do Conselho Fiscal da BB-Corretora, braço de seguros do Banco do Brasil. Rodrigues é pesquisador concursado pelo IPEA e Consultor do Senado Federal na área Política Econômica.

o quarto escolhido por Guedes da equipe de Michel Temer é Gleisson Cardoso Rubin, atual secretário-executivo do Ministério do Planeja-

mento, isto é, braço direito de Esteves Colnago.

Rubin foi indicado para ser Secretário-Geral Adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, setor que terá como secretário-geral Paulo Uebel, ex-secretário de Gestão da Prefeitura de São Paulo durante o mandato de João Doria (PSDB). Uebel já foi diretor executivo do Instituto Millenium, criado por Guedes para promover o neoliberalismo, e CEO Global do Lide, empresa de Doria.

Outro anunciado por Guedes para fazer parte da sua equipe, neste sábado, é o economista Carlos da Costa, que ocupará a Secretaria-Geral de Produtividade e Competitividade da pasta. Ex-executivo do banco JP Morgan e sócio-diretor do Ibmecc Educacional, Costa foi diretor de Planejamento Crédito e Tecnologia do BNDES no governo de Michel Temer.

## Onyx só admitiu parte do crime

Para Onyx Lorenzoni, futuro ministro da Casa Civil de Bolsonaro, o caixa dois que recebeu para ser eleito deputado federal em 2014 não é um crime, mas “um erro”.

Em 2017, o nome de Onyx apareceu em uma lista da JBS entregue ao

Ministério Público que mostrava os repasses ilegais feitos durante as eleições de 2014. Onyx confessou o recebimento de R\$ 100 mil, mas agora o chama de “erro”, e não de crime.

Só que em 2014 ele não recebeu só R\$ 100

mil, foram R\$ 200 mil. Ele “confessou” parte dele. Além do mais, ainda omitiu R\$ 100 mil que também não declarou em 2012, quando não disputou qualquer cargo eletivo.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Governador de SP quer PSB separado do PT e em oposição a Bolsonaro

O governador Márcio França (PSB) fez uma avaliação do processo político de 2018 e disse que “o resultado de São Paulo [capital] foi fabuloso”. “Vejo quando ando pelo cidade, especialmente nas periferias”, afirmou. “É claro que o ideal seria ganhar, mas sai maior do que entrei dessa eleição. A Vitória na capital me credencia à Prefeitura de São Paulo”, acrescentou França.

Em sua opinião, a eleição estadual “foi muito influenciada pelo quadro nacional”. “É difícil perder, mas essa eleição foi nacionalizada demais”, disse ele, lembrando que “a grande eleição daqui a dois anos é a de São Paulo”. Ele disse que vai ajudar o PSB nacional-

mente também. “Como todo mundo acompanhou a eleição de São Paulo muita gente agora quer me conhecer”, observou.

França afirmou que defende o PSB caminhando separado do PT e em oposição a Bolsonaro. “Eu não me reuni com a bancada, mas a tendência é ser oposição. Quem coloca a gente na oposição é o povo”, destacou. Quando foi questionado se deveria estar junto com o PT, França disse que, se depender dele, “o PSB estará separado do PT”.

Para Márcio França, houve falta de opções nas últimas eleições. “Do ponto de vista do país, ficou a direita do Bolsonaro e a esquerda do PT”, disse.

Para ele, Eduardo Campos representava uma opção que conseguiria superar essa polarização. “Ele era a pessoa que podia fazer essa intermediação (entre direita e esquerda)”, afirmou.

O governador questionou se Bolsonaro conseguiria manter uma base coesa no Congresso. “Na prática não se tem o controle sobre todos os deputados. Tenho dúvidas sobre os deputados do PSL. Os deputados do PSL não têm tradição partidária. Não sei se vão fazer sacrifícios. Não vejo um grau de lealdade nem sinto uma organização ideológica no partido. Eles são desse mundo youtuber da internet”, afirmou o governador.

## Queiroz recolhia dinheiro de 9 funcionários do gabinete de Flávio Bolsonaro. Em 1 ano ele movimentou R\$ 1,2 milhão

Desde que a Operação Fuma da Onça, através de relatório solicitado ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), mostrou que Fabrício Queiroz, motorista do deputado estadual Flávio Bolsonaro, movimentou **R\$ 1 milhão, 236 mil e 838 reais** em um ano, com um depósito de R\$ 24 mil na conta da esposa de Bolsonaro, que este está inquieto. Muito inquieto.

A movimentação é incompatível para a renda de Queiroz, apesar desta ser fornida para um motorista (R\$ 23 mil por mês).

Depois de tentar defendê-lo, Bolsonaro, agora, disse que rompeu relações com Fabrício Queiroz até que ele explique de onde veio o dinheiro.

Mas o que ele tem com Queiroz? Acontece que foi ele quem colocou o ex-paraquedista e ex-PM Fabrício Queiroz como motorista, no gabinete de Flávio Bolsonaro.

Queiroz não era amigo de Flávio, era amigo do pai de Flávio, que o conheceu quando ambos serviam no 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista, em 1984.

Para completar as coincidências extraordinárias (ou não), em 1987, quando Queiroz deixou o Exército, seu comandante era Hamilton Mourão – atualmente, vice de Bolsonaro.

Em meio à movimentação de mais de R\$ 1,2 milhão da conta do motorista, havia R\$ 24 mil transferidos para a conta da esposa de Bolsonaro, através de um cheque.

Segundo Bolsonaro, o dinheiro era para ele. E, mais - o total dos depósitos de Queiroz na conta de sua mulher não foi R\$ 24 mil, mas R\$ 40 mil:

“Emprestei dinheiro para ele em outras oportunidades”, disse Bolsonaro. “Nessa última agora, ele estava com um problema financeiro e uma dívida que ele tinha comigo se acumulou. Não foram R\$ 24 mil, foram R\$ 40 mil. Se o Coaf quiser retroagir um pouquinho mais, vai chegar nos R\$ 40 mil”.

Algum mal intencionado perguntou, na imprensa, por que um sujeito que movimentava **R\$ 1.236.838,00**, em um ano, precisava de R\$ 40 mil.

Sempre pode ser um aperto momentâneo, sabe-se lá. Mas porque ele depositou na conta da mulher de Bolsonaro, em vez de depositar na conta de Bolsonaro? “Não botei na minha conta”, explicou Bolsonaro, “por questão de... eu tenho dificuldade para ir em banco, andar na rua. Deixei para minha esposa. Lamento o constrangimento que ela está passando no tocante a isso, mas ninguém recebe ou dá dinheiro sujo com cheque nominal, meu Deus do céu”.

Bolsonaro não tinha que “botar” nada na sua conta. Queiroz é que, pela versão de Bolsonaro, tinha que depositar dinheiro na sua conta, pois foram 10 cheques que Queiroz passou para ele, quando tomou o empréstimo.

A propósito, se há uma atividade de Bolsonaro desenvolvida com frequência, na Barra da Tijuca, Rio, onde mora, é ir ao banco. Até para fazer um churrasco, como no último dia 11 de novembro, ele preferiu ir pessoalmente ao banco tirar dinheiro (v. foto).

Entretanto, voltando à questão anterior, para que Bolsonaro precisa ir ao banco para que Queiroz deposite dinheiro em sua conta?

### ALERJ

A Operação Fuma da Onça prendeu 10 deputados estaduais e considerou suspeitas as movimentações financeiras de 75 funcionários da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ).

Nove funcionários do gabinete de Flávio Bolsonaro, na Assembleia Legislativa, depositaram na conta de Fabrício Queiroz: sua mulher, Márcia Oliveira Aguiar, suas filhas, Nathalia Melo de Queiroz e Evelyn Melo de Queiroz, além de Agostinho Moraes da Silva, Jorge Luís de Souza, Luiza Souza Paes, Raimunda Veras Magalhães, Wellington Rômulo da Silva e Márcia Cristina Nascimento dos Santos.

Disse Bolsonaro que “é normal entre aqueles funcionários um ajudar o outro, e não foi diferente na Assembleia Legislativa. Eles se socorrem de gente que está ao seu lado e não de terceiros”.

Tudo correria, segundo ele, por conta do espírito solidário dos funcionários do gabinete de seu filho. Resta saber em que Fabrício Queiroz ajudou os outros funcionários – ou se ele devolveu dinheiro aos outros.

Pois, se se existe algo comum em certos parlamentos do país – não podemos garantir que em

todos, embora seja tentador afirmá-lo – são parlamentares que confiscam uma parte dos salários de seus funcionários em proveito próprio.

Quanto casos houve nos últimos anos?

Há menos de uma semana, a Procuradoria Geral da República denunciou o ex-deputado e ex-ministro Geddel Vieira Lima, seus irmãos, Lúcio e Afrísio Vieira Lima, a mãe dos dois, Marluce Vieira Lima, e mais quatro integrantes da mesma quadrilha, por se apropriar de salários dos funcionários na Câmara, além de pendurar empregados domésticos em funções públicas, também na Câmara.

Apenas em um dos casos, o de Job Ribeiro Brandão, os Vieira Lima se apropriaram de R\$ 4,3 milhões: “*Além de instituir funcionário fantasma, a família apropriava-se dos salários de Job. No bojo do inquérito 4633, Job revelou que Lúcio Vieira Lima, Geddel Vieira Lima e Marluce Vieira Lima, a mãe, apropriavam-se de até 80% dos seus rendimentos pagos pela Câmara dos Deputados, todos os meses, há vários anos. Além disso, Job, Milene Pena e Roberto Suzarte não exerceram funções de secretário parlamentar, e sim de serviços à família e a seus negócios. Ou seja, também eram ‘funcionários fantasmas’*”, diz PF.

O aspecto mais repulso do caso é que isso parece uma dinastia decadente de senhores de escravos – o roubo dos funcionários, diz a PGR, durou 27 anos.

Já os Bolsonaro, claro, são muito diferentes.

### SAQUES

No caso de Flávio Bolsonaro, toda a família de Queiroz foi empregada no gabinete: a mulher e as duas filhas. E quando alguém da família de Queiroz era demitido, outro alguém da família Bolsonaro o admitia.

Era mais ou menos como se houvesse uma família de senhores e outra de servos.

A imprensa, Flávio Bolsonaro declarou que as nomeações da família de Queiroz saíram no Diário Oficial, portanto, “não há nada a esconder”.

Mas o problema não é que ele tenha sonogado seus nomes do Diário Oficial (só faltava essa).

Uma das filhas de Fabrício Queiroz, Nathalia, depositou, ao todo, R\$ 84 mil, 110 reais e 4 centavos na conta do pai. Seu salário, na Assembleia, era R\$ 9.835,63.

Então, o total depositado corresponde a mais de oito meses de salários.

Como isso foi possível? Ela repassava o seu salário **todo** para a conta do genitor?

Essa filha de Queiroz foi demitida do gabinete de Flávio Bolsonaro em 12 de dezembro de 2016.

No mesmo dia, sua irmã, Evelyn, ocupou a vaga no gabinete de Flávio Bolsonaro.

Também quase imediatamente, Nathalia foi nomeada **para o gabinete do deputado Jair Bolsonaro em Brasília**.

Notam os procuradores que, no dia seguinte, a movimentação da conta de Fabrício Queiroz aumentou, com saques de R\$ 58 mil em seis dias.

Aqui, temos o outro lado desse caso: os saques. O relatório do Coaf mostra que Fabrício Queiroz fez 176 saques em dinheiro na sua conta, durante o ano de 2016 – ou seja, mais de um saque em dinheiro por cada dois dias úteis.

Em alguns dias houve até cinco saques em dinheiro da conta de Fabrício Queiroz.

Aqui, diz o Coaf, houve uma tentativa de burlar a fiscalização, com a retirada de valores pequenos a cada saque, com muitos saques em dinheiro (“*concentração de saques em espécie nos guichês com indícios de fracionamento devido valores diluídos abaixo do limite diário*”), nas palavras do relatório do Coaf).

### OPORTUNIDADES

Bolsonaro, até agora, teve pouco dinheiro público à sua disposição.

Porém, convenhamos que, para tão pouco dinheiro, ele conseguiu transgredir bastante as normas de honreza no trato dos bens públicos.

Receber auxílio-moradia da Câmara, quando se tem apartamento próprio em Brasília, não é coisa que recomende alguém que vive apontando os roubos do PT.

Certamente, os roubos do PT foram maiores – mas o PT teve acesso a muito mais recursos, até agora, do que Bolsonaro.

CARLOS LOPES

Leia matéria completa em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Novo Ministro do Meio Ambiente é réu em ação por crime ambiental

Ricardo de Aquino Salles foi apresentado neste domingo por Jair Bolsonaro como novo ministro do Meio Ambiente (MMA). Ex-diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e militante de extrema direita, Salles é réu em ação civil pública ambiental e de improbidade administrativa, movida pelo Ministério Público de São Paulo em maio do ano passado.

Ele alterou de maneira ilegal o plano de manejo de uma área de proteção ambiental na Várzea do Tietê para beneficiar alguns empresários. Em maio de 2017, o Ministério Público Estadual ajuizou uma ação civil pública

ambiental e de improbidade contra Salles.

Contrário à atuação dos órgãos de controle encarregados de proteger o meio ambiente, Ricardo Salles, foi alvo de um inquérito civil instaurado também pelo Ministério Público de São Paulo no último mês de janeiro para apurar se cometeu improbidade administrativa ambiental a determinar a retirada do busto do ex-capitão do Exército, Carlos Lamarca, que estava instalado no Parque Estadual do Rio Turvo, em São Paulo, quando comandava a secretaria estadual do Meio Ambiente.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)



# UMES condena PL de censura nas escolas: 'retrocesso inaceitável'

Presidente da entidade criticou o projeto intitulado 'Escola sem Partido' que quer perseguir professores e aqueles que discordarem da posição bolsonarista

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES), realizou na quinta-feira (06) em sua sede, no Bixiga, um seminário para debater as ameaças de censura nas escolas, por meio dos projetos intitulados 'Escola Sem Partido'. O encontro, que lotou o Teatro Denoy de Oliveira, contou com a presença de estudantes e toda a capital paulista.

O presidente da UMES Lucas Chen, considerou que o projeto que está em discussão na Câmara dos Deputados é uma ameaça ao ensino e à liberdade de expressão nas escolas brasileiras. "Nossa tarefa central é unir forças para combater essas ameaças", disse.

O PL 7180/2014, que está sendo debatido em comissão especial na Câmara, estabelece seis normas de conduta em todas as escolas brasileiras que impedem os professores de se manifestar e apresentar pontos de vista diferentes nas salas de aula.

Ele relembra que o real problema das escolas é que elas se encontram em péssimas condições estruturais e sociais e que, ao invés disso, os defensores dessa perseguição criam a fábula de uma doutrinação ideológica marxista.

"O momento exige unir forças contra um projeto que pretende calar o nosso povo. Eles não querem que os estudantes debatam. Por que é dessa maneira que nós pensamos como solucionar os problemas do nosso país. Não aceitaremos! Devemos ser livres para debater, onde quer que seja e principalmente na escola que nos ajuda a se formar enquanto cidadãos", afirmou Chen.

Entidades, sindicatos, cientistas, sociedade civil, entre outros campos, se organizam perante aos retrocessos na Educação.

Estavam presentes na plenária, Lucas Chen, presidente da UMES; César Callegari, presidente do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada (IBSA) e ex-membro do Conselho Nacional de Educação; vereador Eliseu Gabriel (PSB-SP); professora Mariana Moura, do grupo Cientistas Engajados; Lais Souza, presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES); professor João Chaves, coordenador do Fórum das Seis e presidente da Associação dos Docentes da UNESP; professor Wagner Romão, presidente da Associação dos Docentes da Unicamp; professor Renato de Menezes Quintino, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (SINTEPS); Karina Sampaio, diretora da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) e o professor Ricardo Ishiyama Martins, membro do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escolas.

Para César Callegari, o projeto acaba com os anseios de uma escola democrática e plural, ainda, enfatizando a ideia da mobilização dos entes para a mobilização de uma frente democrática, contra os ataques na educação.

"Eles precisam dizer que os diferentes de ideias retrógradas, os que pensam diferente deles, precisam ser combatidos nas escolas, mas não iremos ficar recuados, nos organizaremos em um campo democrático e popular e nos formar enquanto

senso crítico e construtivo para que assim, possamos atuar em grandes mobilizações e combater qualquer retrocesso na educação", afirmou César Callegari.

Mariana Moura que foi candidata a deputada estadual e é membro do Cientistas Engajados, também fez duras críticas ao projeto de censura. "Não podemos colocar que o projeto está dado, se faz necessário conversar com cada um nas escolas e principalmente, os pais. É fundamental discutir as implicações reais desse projeto, que não discute ciência e tecnologia e assim taxar a educação e os estudantes a não formar senso crítico", afirmou Mariana.

Para Karina Sampaio, o projeto é de um partido único e ainda, não defende a verdadeira família. "Não é a escola sem partido, é a escola do partido único, o partido do presidente. Ainda, eles dizem que esse projeto defende a família, mas somos nós que mais defendemos a família, lutamos pelo salário igual por trabalho igual para as mulheres, lutamos por mais creches, não é essa família que eles defendem", afirmou Karina.

Eliseu Gabriel atentou que esse tipo de projeto tem o objetivo de desviar os reais problemas que a educação brasileira sofre e responsabilizar os professores pela crise na Educação. O vereador alertou ainda aos estudantes presentes sobre a votação de um projeto similar ao que está em discussão no Congresso, na próxima quarta-feira, dia 12, na Câmara dos Vereadores de São Paulo.

"E uma armadilha o nome escola sem partido, pois o que justamente eles querem é a escola com o partido deles. Precisamos desmarcar o projeto, eles querem colocar uma placa dizendo o que o professor tem ou não tem que dizer em sala de aula, contando a fiscalização dos alunos. Precisamos esclarecer o que é esse projeto, que quer desmoralizar o professor, o mesmo já se encontra enfraquecido por conta das estruturas da escola, por conta das relações de ódio que existe com esse professor", destacou.

"Eles têm a ideia de transformar suas crenças em verdade absoluta, querem desviar o verdadeiro foco da educação e sua qualidade de ensino. Tem que deixar o professor trabalhar! Vamos entrar na luta para evitar qualquer retrocesso e derrotar o escola sem partido", afirmou o vereador.

"Esperamos uma grande mobilização e força total contra o projeto", disse.

João Chaves destacou que é importante a discussão e a organização das entidades para barrar o projeto. "Existe uma reação muito importante que está se configurando no país inteiro contra essa excessão da escola sem partido. Bolsonaro caminha para que o país fique em condições subalternas, que nunca tenha condição de formar ciência, tecnologia e pensamento crítico. Com isso, há um consenso de entidades acerca do prejuízo para o avanço do projeto, onde se faz necessário organizar as resistências e assim barrar esse retrocesso", disse João Chaves.

TIAGO CÉSAR

## Gilmar Mendes manda soltar ex-secretário de Sérgio Cabral

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes mandou soltar Wilson Carlos, ex-secretário de Sérgio Cabral (MDB) e responsável por operar as propinas no estado, na última sexta-feira (7).

Wilson estava preso desde novembro de 2016 por ter operado as propinas da gestão de Cabral, conforme investigado na Operação Calicute. Mais especificamente, sua função era exigir o pagamento das propinas. Ele foi condenado em primeira instância a 34 anos de reclusão e pagamento de multa, mas aguarda julgamento em segunda instância.

A decisão de soltar o ex-secretário, tomada por Gilmar Mendes, é extensão de um habeas corpus concedido pelo mesmo ministro ao ex-secretário de Obras de Cabral, Hudson Braga. Para Gilmar, não há motivos para pensar que estes dois em liberdade ofereçam qualquer risco às investigações.

Em substituição à reclusão, Wilson não poderá manter contato com os demais investigados, ficou proibido de deixar o país, teve que entregar seu passaporte e deverá se recolher em casa durante as noites e aos finais de semana e feriados.



Wilson Carlos é "operador-administrativo" da quadrilha



## "Não é a escola sem partido, é a escola de partido único", destacaram RR: Familiares de PMS liberam batalhões após acordo para pagamento de salários atrasados

Familiares de policiais militares começaram a liberar as entradas dos quartéis na manhã desta segunda-feira (10), em Boa Vista (RR), porém dois batalhões da capital e em outras cinco cidades do estado ainda estão com as entradas bloqueadas. De acordo com as mulheres dos policiais, elas continuarão acampadas em frente à sede do governo até que os salários de outubro e novembro sejam pagos aos policiais.

A liberação das entradas dos batalhões começou a ocorrer após conversa com o interventor Antonio Denarium (PSL), que teve sua gestão antecipada ao governo do estado devido ao decreto de intervenção federal. Ele compareceu ao acampamento de mulheres em frente ao Palácio Senador Hélio Campos, sede do governo, e disse que irá pagar o salário dos servidores até o final desta semana. Eles estão sem receber desde setembro. A governadora Suely Campos (PP) está afastada.

Após a reunião, foram liberados os quartéis do Bope, no Centro, e o do Grupamento Independente de Intervenção Rápida Ostensiva (Giro), no Cidade Satélite, zona Oeste da capital. Mais cedo, a Secretaria da Fazenda, que estava fechada por grevistas, foi reaberta e o Sindicato dos Trabalhadores anunciou a suspensão da greve



## Policiais estão sem receber desde setembro

no funcionalismo público.

"O motivo de termos liberado o Bope e o Giro é porque nosso pedido de socorro foi ouvido. O interventor firmou o compromisso de que nossos salários vão ficar em dia e não queremos prejudicar a população ainda mais do que está prejudicada", disse a esposa de um militar que estava no protesto em frente ao Bope.

A crise na segurança pública de Roraima foi o estopim para o decreto da intervenção. Com salários atrasados desde setembro, servidores começaram a paralisar desde o dia 23 de outubro e em 29 de novembro começaram os protestos em quartéis. A Secretaria da Fazenda estima uma dívida de R\$ 188 milhões só com folhas

de pagamento. Agentes penitenciários também pararam e o atendimento da Polícia ficou limitado a uma única delegacia da capital.

O estado enfrenta ainda crise no sistema prisional, que já estava sob intervenção desde outubro em razão do crescimento de facções criminosas e novas ameaças de rebeliões.

Em meio ao colapso dos serviços públicos por problemas internos, o estado também viu a capacidade de atendimento público afetada pela chegada de imigrantes venezuelanos, que cruzam a fronteira do estado para fugir da dura crise econômica e social que acontece na Venezuela.

## STF nega habeas corpus a Pezão

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes negou habeas corpus ao governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), que está preso desde de 29 de novembro.

Pezão foi preso na operação "Boca de Lobo", onde é acusado de comandar a organização criminosa investigada e de manter o esquema de recebimento de propina que iniciou durante governo de seu antecessor e padrino político Sérgio Cabral (PMDB), preso há dois anos.

Para Alexandre de Moraes, não houve ilegalidade na prisão de Pezão, já que há indícios de que o esquema continuou em funcionamento mesmo após o início das investigações, o que constitui ameaça à ordem pública. Além disso, os prejuízos potenciais às contas públicas do

Os advogados do governador argumentaram que as acusações de recebimento de propina foram baseadas em declarações de delatores e em "pape-

luchos produzidos por eles próprios, para viabilizar seus respectivos acordos de colaboração".

O ministro Alexandre de Moraes, no entanto, afirmou em seu despacho que não houve irregularidade na distribuição do caso e que há indícios para sustentar a prisão preventiva de Pezão.

"Daí a conclusão de ser imperiosa a necessidade de se garantir a ordem pública, evidenciada sobretudo diante de fatos concretos aos quais se atribuiu extrema gravidade, e que revestem a conduta de remarcada reprovabilidade e inegável prejuízo ao erário", destacou o ministro.

Alexandre de Moraes negou ainda o pedido de habeas corpus de outros quatro presos na operação Boca de Lobo: Luiz Alberto Gomes Gonçalves, Cláudio Fernandes Vidal, Marcelo Santos Amorim e Luís Fernando Craveiro.

A operação que culminou com a prisão de Pezão tem como base a colaboração do economista Carlos Emanuel Carvalho Miranda, ex-operador de Cabral. Ele acusa

Pezão de receber do esquema criminoso uma mesada de R\$ 150 mil de 2007 (na época vice-governador) a 2014 e mais décimo terceiro salário e dois bônus no valor R\$ 1 milhão cada.

Na investigação, os procuradores fazem ligação do governador com empresários responsáveis pela instalação de placas de energia solar do Arco Metropolitano. Elas custaram ao governo do estado R\$ 96,7 milhões, o que corresponde a mais de R\$ 22 mil por unidade. Miranda disse ainda que recebeu ordem de Cabral para pagar R\$ 300 mil à empresa High End, especializada em painéis solares, como remuneração por serviços prestados na casa de Pezão em Pirai.

Além de Miranda, Pezão ainda foi citado por outros dois delatores que firmaram acordo de colaboração premiada com o Superior Tribunal de Justiça: o doleiro Alvaro José Novis e o ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) Jonas Lopes de Carvalho Filho.

## Advogado de empresa é preso por orientar destruição de provas

Tony Lo Bianco advogado da empresa Kyocera, que venceu a licitação para as obras do Arco Metropolitano foi preso, nesta segunda-feira (10), a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), por tentar atrapalhar a investigação do esquema que envolve o Pezão (MDB), com o pedido de destruição de provas.

A prisão foi determinada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) com base em uma ligação telefônica

feita no dia da prisão de Pezão, entre Tony Lo Bianco e César Amorim, sócio da High Control, que realizou a obra de iluminação do Arco Metropolitano. Segundo as investigações essa obra foi realizada em troca de propina.

Na ligação interceptada, Tony Lo Bianco deixa um recado na secretária eletrônica de César Amorim. César, que já havia sido preso na Operação Boca do Lobo, não atendeu ao telefonema. No recado, Tony pede para

César procurar Sérgio Beninca e apagar provas.

"Verifica-se, assim, um quadro de intrincadas relações envolvendo membros da Orcrim (Organização Criminosa) e, pior, com a destruição de provas a demonstrar a necessidade da custódia cautelar", pontua Raquel Dodge, em um dos trechos da petição.

Além da prisão, houve busca e apreensão nas residências de Tony e de Sérgio Beninca.



Fraude de OS desviou ao menos 40 milhões

## Justiça afasta diretores de Organização Social da Saúde em Canoas/RS

A Justiça do Rio Grande do Sul determinou, na última sexta-feira (7), o afastamento imediato de todos os dirigentes da Organização Social (OS) Grupo de Apoio à Medicina Preventiva e à Saúde Pública (Gamp), que administrava unidades de saúde da cidade de Canoas, localizada na região metropolitana de Porto Alegre.

No dia anterior (6), uma operação do Ministério Público Estadual (MP) resultou na prisão de três pessoas envolvidas em suposto esquema de fraude no contrato entre a prefeitura e a organização social. O grupo administrava o Hospital Universitário (HU), o Pronto Socorro municipal, duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e quatro Centros de Atenção Psicossocial (CAPES).

A operação ocorreu em meio a uma greve de profissionais de enfermagem, técnicos, farmacêuticos e radiologistas por causa de atraso nos salários pagos pela Organização Social.

As investigações do MP revelam que o esquema criminoso contra o município desviou ao menos R\$ 40 milhões dos R\$ 406 milhões que já foram repassados para a OS desde 2016.

O contrato com a prefeitura prevê o repasse de R\$ 1 bilhão para o Gamp durante o período de cinco anos.

Para o MP, o Gamp, "travestido de entidade assistencial sem fins lucrativos, se trata de uma típica organização criminosa voltada para a prática de inúmeros delitos, em especial peculato e lavagem de dinheiro, entre outras fraudes que esvaziavam os cofres públicos".

Durante a operação foram presos: Cássio Souto Santos, dono do grupo; Michele Aparecida da Câmara Rosin, atual presidente do Gamp e Marcelo Bósis, ex-secretário da Saúde de Canoas.

As investigações do MP abarcam os contratos assinados entre o município de Canoas e a OS em 28 de outubro de 2016, para que o grupo assumisse o gerenciamento assistencial, administrativo e financeiro do Hospital de Pronto Socorro de Canoas, Hospital Universitário (HU), duas Unidades de Pronto Atendimento (Caçapava e Rio Branco) e quatro Unidades de Atendimento Psicossocial (Recanto dos Girassóis, Travessia, Amanhecer e Novos Tempos).

Segundo o MP, os contratos firmados com o Gamp previam vigência de 60 meses e contraprestação, por parte do Município, de R\$ 16 milhões por mês - sendo reajustados -, hoje estão em cerca de R\$ 23 milhões por mês.

"Foram detectados, entre as inúmeras irregularidades, o superfaturamento de medicamentos em até 17.000%, a utilização de lanranjas e testas de ferro do chefe do esquema na direção do Gamp, a cooptação de agentes públicos, o desvio de dinheiro da saúde pública para os envolvidos na fraude, além do pagamento de viagens de férias pagas com dinheiro público da saúde de Canoas" disse o MP. O Gamp e outras 15 empresas tiveram decretada a suspensão da contratação com o poder público.

### LARANJAS

Para MP, a OS Gamp foi fundada com a intenção de espoliar o erário Público. "... em fevereiro de 2007, ocorreu a assembleia geral de fundação do Gamp como entidade privada com natureza jurídica de ONG. Entre as pessoas que assinaram a ata de fundação está um motorista semialfabetizado, que figurou como diretor-geral.

Outra questão que chamou a atenção dos promotores responsáveis pelo caso é que apesar do registro formal de várias trocas no comando da ONG, na prática, a entidade sempre foi comandada de fato por Cássio Souto Santos, mas quem aparecia administrado o Gamp era seu sobrinho, como diretor-presidente, por anos - as duas irmãs e uma sobrinha como membros do Conselho de Administração - uma irmã trabalha no setor administrativo - o cunhado é o diretor de compras - e um sobrinho encarregado de órteses e próteses. O responsável pelo setor de Ensino e Pesquisa do Gamp é um cunhado do médico, que sequer concluiu o ensino fundamental.

### COOPTAÇÃO

O MP constatou que ação criminosa agia na cooptação de Secretários de Saúde e agentes públicos nos municípios em que a organização social operava. A atual diretora-presidente da Gamp foi secretária de Saúde do município de Amparo, em São Paulo, entre os anos de 2013 e 2016. O superintendente do Gamp, para atuar em Canoas, foi secretário de Saúde de Parauapebas, no Pará. O atual controller nacional do grupo foi secretário de Saúde de Canoas entre 2013 e 2016, quando foram assinados os termos de fomento em investigação. Um secretário adjunto da Saúde de Canoas, exonerado em julho de 2017, foi logo em seguida contratado pelo Grupo como diretor-administrativo do Hospital de Pronto Socorro, ele recebia verbas do Gamp quando ainda estava na Administração, como responsável por fiscalizar os serviços prestados pela instituição.

Na tarde de sexta, o juiz da 4ª Vara Civil de Canoas, Marcelo Lesche Tonet, atendendo a pedido do MP, afastou os dirigentes da OS e determinou que a prefeitura assumia imediatamente as unidades de saúde do município administradas pelo Gamp pelo prazo de 180 dias.

O magistrado também proibiu novas contratações entre a Gamp e a Prefeitura de Canoas, sob pena de responsabilização dos envolvidos.

ANTONIO ROSA



# Previdência que Bolsonaro quer adotar, no Chile deixa 91% com meio salário mínimo



Sistema de capitalização foi implantado no país ainda durante a ditadura

## COBAP: a Previdência que defendemos é constitucional e promove inclusão social

A Previdência Social faz parte do sistema de Seguridade Social que foi criado pela Constituição Federal de 1988. O sistema também inclui as políticas sociais de saúde e assistência social. Essas políticas sociais possuem recursos que são pagos pela população brasileira. Entretanto, os governos não cumprem o que preceitua a Constituição Federal.

Os recursos são sistematicamente subtraídos e desviados para outras finalidades, principalmente para as dívidas financeiras do Estado brasileiro. A Previdência que queremos é a que respeita a Constituição Federal, ou seja, é a previdência que faz parte da Seguridade Social, que distribui renda para os municípios, que ampara os idosos e

que cumpre sua finalidade social.

A reforma da previdência social é mais uma manobra política do Estado para reduzir despesas sociais e tentar resolver seu rombo financeiro. A COBAP não concorda com isso e exige participação nesse debate. O governo quer uma reforma e pretende reduzir direitos e alterar muitas regras de acesso aos benefícios previdenciários. Entretanto, não convida os aposentados e pensionistas para essa discussão.

A COBAP tem perguntas concretas para fazer ao governo: onde estão os R\$ 426 bilhões de recursos da previdência social oriundos dos devedores, onde estão os recursos desviados pela DRU e pela desoneração da folha, onde estão os recursos da sonegação? Apesar de todos esses males, o sistema previdenciário

continua funcionando.

É necessário e urgente que todos os movimentos sociais do país se unam nessa luta em defesa da Previdência e que o dinheiro da Previdência é para pagar somente os aposentados e pensionistas do país. Além disso, é preciso divulgar para a mídia e para a população brasileira que a Previdência possui muito dinheiro para receber.

Esse é o verdadeiro caminho para melhorar o sistema previdenciário: recuperar as receitas previdenciárias e impedir novos desvios de seus recursos. Uma coisa é certa: em 2019 a crise econômica vai continuar e o Governo quer que o dinheiro da Previdência Social seja usado para cobrir o rombo dessa crise.

Maurício Oliveira – Assessor econômico da COBAP

## Procuradoria Geral da República repudia assassinatos dos dois militantes do MST

A Procuradoria Geral da República (PGR) divulgou nesta segunda-feira, 10, uma nota em que repudia os assassinatos de dois militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ocorridos na noite de sábado (8), em Alhandra, na Paraíba.

A nota de Solidariedade e Repúdio, também assinada pelo Ministério Público Federal e Regional dos Direitos do Cidadão, lembra que a morte dos ativistas ocorreu a dois dias da comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), “fato que preocupa diante do contexto sombrio de violência contra os movimentos sociais e demonstra quão distante ainda estamos da efetivação dos direitos garantidos pela Declaração”.

Na segunda-feira (10), na cidade de Mari, a cerca de 60 km de João Pessoa, aproximadamente duas mil pessoas de várias cidades paraibanas e lideranças do MST de outros estados, participaram do sepultamento do trabalhador rural sem terra, José Bernardo da Silva, conhecido como Orlando, de 46 anos, brutalmente assassinado junto a Rodrigo Celestino, de 38 anos, durante o jantar em uma das casas do acampamento Dom José Maria Pires. Rodrigo Celestino foi velado e sepultado em cerimônia



Enterro do trabalhador rural João Bernardo

fechada para familiares e amigos no domingo, em João Pessoa.

De acordo com a Polícia Civil, Orlando e Rodrigo foram executados a tiros por criminosos encapuzados. As testemunhas relatam que os atiradores mandaram as outras pessoas que estavam no jantar se afastarem e atiraram somente nas duas vítimas.

A delegada seccional da região de Alhandra, Roberta Neiva, afirma que os criminosos conheciam o acampamento, pois invadiram o local sem quebrar as cancelas que controlam a entrada de pessoas e veículos. “O perímetro me diz que quem entrou e saiu conhecia a área. O que a gente tem absoluta certeza é de que os dois homens que foram mortos não estavam sozinhos no local. Não parece ter sido um abrir fogo, aparentemente, os disparos foram direcionados às duas pessoas”, comentou Neiva.

O MST informou

nessa segunda-feira, que desde a ocupação da área da fazenda Igarapu, ocorrida em 2017, não foi registrado nenhum tipo de conflito na região pela terra ou algum tipo de ameaça. Para o MST, o assassinato destas lideranças tem “caráter de crime para intimidar a luta pela terra”.

“Exigimos justiça com a punição dos culpados e acreditamos que lutar não é crime. Nestes tempos de angústia e de dúvidas sobre o futuro do Brasil, não podemos deixar os que detêm o poder político e econômico traçar o nosso destino. Portanto, continuamos reafirmando a luta em defesa da terra como central para garantir dignidade aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade”, disse a organização, por meio de nota.

A informação de que não houve nenhum conflito no local também foi confirmada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Estudo da ANFIP sobre a Previdência chilena revela ainda que depois da implantação do modelo de capitalização no país, apenas metade dos trabalhadores conseguiu se aposentar

Durante os 37 anos da privatização da Previdência do Chile, apenas metade dos trabalhadores chilenos conseguiu se aposentar, denuncia a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP), em estudo divulgado no final do mês passado. A ANFIP chama atenção ainda ao recorde de suicídios de idosos, em decorrência da penúria a que foram deixados após anos de contribuição.

A entidade explica que 1981, durante a ditadura militar de Augusto Pinochet (por inspiração do economista José Piñera - conhecido como um dos “Chicago Boy” que formularam a política econômica do ditador) e do ideário liberal de Milton Friedmann - mudou-se o regime de repartição (uma Previdência básica, pelo qual, arrecada-se a cada período, apenas o necessário e suficiente para cobrir as despesas desse mesmo período) para um regime de capitalização de financiamento obrigatório por parte dos trabalhadores formalizados (sem contribuição por parte dos empregadores), com previsão de um pagamento mínimo de aposentadoria para trabalhadores com pelo menos 20 anos de contribuição.

“Quando o Chile fez essa reforma estava em franco crescimento uma onda de políticas neoliberais num movimento capitaneado pelos Estados Unidos, que desagou no Consenso de Washington. A partir de então, cada trabalhador ou trabalhadora passou a fazer a própria poupança, depositada em uma conta individual nas Administradoras de Fundos de Pensão (AFPs), que investiam os recursos no mercado financeiro. Além dos custos de transição e administração, foram verificados outros problemas como: a pouca cobertura do sistema de previdência, com enorme informalidade; baixos valores de benefícios; e o aumento de desigualdade sob vários aspectos”, aponta a entidade em seu estudo técnico - A reforma da Previdência no Contexto de Um Novo Governo.

A ANFIP expõe ainda que as administradoras de fundos de pensões não resistiram e foram

sendo unificadas, restando no mercado, em 2017, apenas cinco delas, com elevado custo de administração, e por consequência pouca competição. “As empresas, como naturalmente lucrativas e comerciais, cobravam e cobram taxas altas, e o dinheiro pago mês a mês chega bem menor à época da aposentadoria, pois as taxas são descontadas das próprias aplicações do trabalhador”.

A Associação lembra que depois da implantação do modelo de capitalização no Chile, apenas metade dos trabalhadores conseguiu se aposentar. “A maioria desses trabalhadores ganhava salários baixos, ficou grandes períodos desempregada ou não conseguiu fazer uma poupança com recursos suficientes. Atualmente, fala-se que aproximadamente 91% dos aposentados chilenos recebem benefícios de cerca de meio salário mínimo do país, o equivalente, em média, a R\$ 694, tendo em vista o piso nacional do Chile, que é de 288 pesos, ou cerca de R\$ 1.575”, constatou a ANFIP.

Além disso, com base em dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), organismo oficial chileno, entre 2010 e 2015, a Associação dos Auditores Fiscais chama a atenção ao extraordinário número de suicídios de idosos no Chile, em decorrência do desamparo a que foram deixados após adoção do modelo de capitalização. Entre 2010 e 2015, 936 adultos maiores de 70 anos tiraram sua própria vida no período. O levantamento aponta que os maiores de 80 anos apresentam as maiores taxas de suicídio - 17,7 para cada 100 mil habitantes - seguido pelos segmentos de 70 a 79 anos, com uma taxa de 15,4, contra uma taxa média nacional de 10,2. Conforme o Centro de Estudos de Velhice e Envelhecimento, do Instituto Vital Brazil, do Rio de Janeiro, são índices mórbidos, que crescem ano a ano, e refletem a “mais alta taxa de suicídios da América Latina”. Leia mais - Sem previdência pública, Chile tem suicídio recorde entre idosos com mais de 80 anos

ANTONIO ROSA

## Para Bolsonaro, só haverá “emprego” com escravidão

É impressionante a fixação de Jair Bolsonaro com o que acontece nos Estados Unidos, que ele chama de “a América”. Tudo lá é um “espetáculo”, até a bandeira merece sua continência. Nem o boné do Trump escapa. É visto por essa gente como uma “coroa reluzente”. E nesta veneração toda, típica de vira-latas, ele acaba de dizer, em entrevista, nesta terça-feira (4), que deveríamos imitar também as relações trabalhistas dos EUA. Esquecendo, é claro, de dizer que essas coisas não são muito comuns por lá.

“Alguns falam até que poderíamos nos aproximar de legislações trabalhistas como existem em outros países, como nos Estados Unidos”, defendeu o presidente eleito, acrescentando que a vida dos patrões aqui no Brasil é muito difícil. “Hoje em dia continua muito difícil ser patrão no Brasil”, afirmou ele, na coletiva. Se a vida dos patrões por aqui é difícil, imaginem a dos empregados. Mas esses, segundo Bolsonaro, têm muitas mordomias e são uns verdadeiros paxás, apesar do salário mínimo daqui ser menor que o do Paraguai.

Essa conversa tem um único objetivo: abrir espaço para esfolar ainda mais os trabalhadores. Jair Messias quer tirar mais direitos dos assalariados. E para isso, ele conclamou os empresários a partirem para a “guerra” contra os trabalhadores. “Tenho dito que vão ter que entrar nessa guerra, não dá para deixar só com governo”, afirmou. “Não basta ter direitos e não ter empregos, esse é o grande problema que existe”, repete o presidente, num discurso exatamente igual ao que tagarelavam os escravagistas do século XIX.

Ele põe de lado o fato de que foram tirados vários direitos nos últimos anos, com a chamada “reforma trabalhista de Temer” - que ele se gaba de ter apoiado - e os empregos não apareceram, ao contrário, simplesmente desaba-

ram. Hoje, depois da “reforma”, entre desempregados e subempregados, já são 26 milhões de pessoas. Um crescimento assustador. Mas ele diz que os direitos é que são “o problema”. “O trabalhador vai ter que decidir, um pouquinho menos de direitos e emprego ou todos os direitos e desemprego”, argumenta.

Pura chantagem que visa única e exclusivamente agradar e atrair empresas americanas, oferecendo a elas facilidades, benesses, créditos e super-lucros. Elas não só não virão, como acreditam os adoradores do capital estrangeiro, como vão exigir sempre mais e mais. Não haverá mais empregos e o efeito colateral desse achatamento salarial e dessa destruição de direitos será mais estrangulamento das já sofridas empresas brasileiras, por total falta de mercado interno.

Para impôr essa sua política genocida sobre os trabalhadores, ele não ficou satisfeito em só acabar com o Ministério do Trabalho. Esquartejou o órgão - criado por Getúlio Vargas em 1930 - em três partes. O FAT e o FGTS, onde estão os cerca de R\$ 800 bilhões, pertencentes aos trabalhadores, ele entregou para o porta-voz dos bancos, Paulo Guedes. A área responsável pelos sindicatos e pela fiscalização de condições de trabalho ficou com o Ministério da Justiça. A outra ficará com a Cidadania.

Ou seja, para retornar à escravidão, para tirar o couro dos trabalhadores e para agradar as empresas da “América” vale destruir o Ministério do Trabalho. Vale tratar os sindicatos como caso de polícia e vale roubar os recursos dos trabalhadores - do FAT e do FGTS - para engordar banqueiros e demais agiotes. Certamente essa política servil e anti-povo não tem futuro. Cedo ou tarde ficará evidente para toda a sociedade os males que ela trará ao país. E só uma questão de tempo.

SÉRGIO CRUZ



Irmã de Stuart Angel durante ato no Rio

## “A minha luta, a luta do Stuart, continua”, afirma Hildegard Angel

A jornalista Hildegard Angel externou seu orgulho de ser irmã de Stuart Angel Jones, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), assassinado em 1971 pela ditadura, durante o ato realizado neste sábado (8), no Rio de Janeiro, em homenagem ao seu irmão.

Uma centena de pessoas se reuniu sob uma chuva fina, em torno do busto de Stuart Angel, obra do artista plástico Edgard Duvivier, instalada no bairro da Urca. A cerimônia marcou o recebimento pela família Angel de uma fotografia - até então desconhecida - na qual Stuart aparece disfarçado para a emissão de um documento falso que seria usado na clandestinidade. Em meio a lágrimas e gritos de “Stuart presente!”, a foto foi entregue à jornalista Hildegard Angel pelo mecânico aposentado Sebastião Braz, que acolheu o militante em sua casa nos dias que antecederam sua prisão e morte.

A importância de lembrar e reafirmar a luta e os ideais de Stuart no atual momento político que vive o Brasil deu o tom das intervenções durante o ato: “Esta luta não termina nunca, nós não podemos esquecer e não esqueçamos porque as feridas são muito profundas. Esse sofrimento abrange não somente a família direta do Stuart, mas também todas as famílias correlatas e os amigos. Essa é uma cicatriz que a gente carrega, mas carrega com orgulho porque o Brasil tem heróis. Por isso, ser irmã do Stuart sempre me enveideceu”, disse Hildegard.

Hildegard lamentou o discurso adotado pelo presidente eleito Jair Bolsonaro e seus simpatizantes durante a última campanha eleitoral: “Existe uma tentativa de reescrever a história, de reinterpretá-la, de modificá-la. Querem criar uma história do Brasil de acordo com a conveniência de cada governo que estiver no poder, mas a história do país é única. Ela não pode sofrer esse tipo de deformação. Nós estamos aqui para relembra”, disse.

A presença ostensiva de duas viaturas da Polícia Militar durante o ato também foi comentada pela jornalista: “Estamos vendo uma demonstração dos novos tempos. Nós já fizemos vários eventos aqui em datas comemorativas e hoje, pela primeira vez, tem polícia. Esse é o novo Brasil, e não sei por quanto tempo a gente vai poder fazer publicamente eventos como esse sem sofrer nenhuma retaliação”.

Esbanejando vitalidade aos 83 anos, Sebastião Braz também deu seu recado após entregar a foto na qual Stuart, que era louro, aparece de cabelos pretos e bigode: “Na democracia, é normal perdermos as eleições. O que não pode é, nas eleições, perdermos a democracia”, disse.

O ato teve a participação de Antônio Francisco da Silva, pai da vereadora Marielle Franco, assassinada em março deste ano em um crime político ainda não esclarecido. A placa que traz a vereadora como nome de rua, que se tornou símbolo de resistência após ser atacada por simpatizantes do presidente eleito Jair Bolsonaro, foi colocada ao lado do busto de Stuart.

A participação de Chico Andrade, antigo militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) que sobreviveu às torturas nos porões da ditadura, foi uma das mais emocionantes: “Relembrar o Stuart é sempre um momento de resistência, de afirmação da cidadania, da democracia e da liberdade. Essa foi a nossa luta”, disse. Andrade ressaltou a importância do resgate das memórias da ditadura no atual contexto brasileiro: “Neste momento que estamos vivendo no país temos que ficar de olho e batalhando, pois a situação está ficando muito difícil. É muito importante lembrar para não deixar voltar. A minha luta, a luta do Stuart, continua. Ela passa de geração para geração”.

O ato foi encerrado aos gritos de “viva” para Stuart, sua mãe Zuzu Angel, Marielle e outros militantes de ontem e de hoje que foram assassinados em consequência de sua luta por um Brasil melhor e mais justo.

Do Portal Vermelho, com informações da RBA



## Com apenas 27% de votantes, Venezuela escolhe vereadores

A presidente do Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela, Tibisay Lucena, informou os primeiros resultados das eleições municipais a nível nacional realizadas no domingo último. Com uma abstenção de 72,6% foram eleitos 2.459 vereadores dos 335 municípios do país.

A participação nula da oposição permitiu à coalizão governista Grande Polo Patriótico, que lidera o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), ganhar 142 das 156 votações apuradas até o momento. Tibisay assinalou que por ser uma eleição local os resultados serão oferecidos por completo nos próximos dias pelas Juntas Regionais.

### RECESSÃO

O país vive uma profunda recessão que já dura cinco anos e uma hiperinflação que pode chegar a 1.000.000% este ano, segundo a projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), fato que mostra a deterioração das condições de vida no país.

“O horizonte sombrio apontado pelo FMI – com uma queda de 18% do PIB – não surpreende a população, cuja crise está no cotidiano. ‘Nada mais me surpreende. Todos os dias as coisas aumentam. Não é gradual, é exponencial’, comentou à AFP Marcos Salazar, enquanto comia um hambúrguer que custou um salário mínimo. Professor de 31 anos, ele sobrevive com três trabalhos e das remessas de familiares no exterior”, assinalou a Carta Capital na matéria “Como a Venezuela sobrevivera a uma inflação de 1.000.000%?”.

Hoje o salário mínimo do venezuelano é de 1,50 dólar pela taxa do mercado paralelo e as finanças públicas se ressentem com a queda da produção petrolífera, responsável por 96% das receitas. Apesar de ser o país que possui as maiores reservas provadas de petróleo do mundo, o dinheiro que essa riqueza produz não foi usado para diversificar a economia e industrializar o país. Até a alimentação dos venezuelanos depende da importação.

Os principais partidos de oposição como Primeiro Justiça, Vontade Popular, Ação Democrática ou Um Novo Tempo – integrantes da coalizão Mesa da Unidade Democrática (MUD), além de outros menores, não participaram da eleição de domingo, e também se abstiveram em maio, no pleito em que o presidente Nicolás Maduro ganhou uma questionada reeleição com abstenção de mais da metade do eleitorado venezuelano.

### MADURO ENCONTRA PUTIN

Em meio à grave crise que atravessa o país, o presidente russo Vladimir Putin reuniu-se com Maduro em Moscou, dia 5 de dezembro, quando trataram dos problemas do país latino-americano e de questões que afetam à produção de petróleo, questão chave para as duas economias.

Durante o encontro, Putin repudiou “qualquer tentativa de mudar a situação política na Venezuela pelo uso da força”, em ações que caracterizou de “clara natureza terrorista” contra Caracas, em clara referência a ameaças proferidas pelo presidente dos EUA, Donald Trump.

“Sabemos que a situação na Venezuela continua complicada. Apoiamos os esforços para conseguir o entendimento na sociedade e a normalização das relações com a oposição”, disse Putin.

Com uma economia dependente do petróleo e sem outro setor produtivo ativo, o país sofreu com a queda do preço da commodity a nível internacional. A grave crise econômica que afeta a Venezuela, marcada por hiperinflação e escassez de alimentos, medicamentos e outros produtos básicos, provocou um êxodo de centenas de milhares de venezuelanos. A ONU estima que 3 milhões deixaram o país desde 2015.

“Quero agradecer à Rússia e ao seu Presidente, Vladimir Putin, à Arábia Saudita e a todos os sócios membros da OPEP e não OPEP por se ter conseguido um acordo para reduzir 1,2 milhões de barris diários [de produção de petróleo], o que permitirá estabilizar os preços a um nível justo para os produtores, consumidores e economia em geral”, disse Nicolas Maduro ao chegar da visita à Rússia.

A OPEP acertou na sexta-feira, 07, uma redução da sua produção em 1,2 milhões de barris por dia para buscar o aumento dos preços do petróleo cru.

Os 14 países da OPEP vão fazer uma redução na produção diária de 800 mil barris e outros dez parceiros, incluindo a Rússia, se comprometeram com uma diminuição de 400 mil barris, durante todo o primeiro semestre de 2019, informou a organização em conferência de imprensa na sua sede, em Viena. Imediatamente, os preços do petróleo subiram cerca de 5%, para mais de US\$ 63 o barril, já que o corte combinado foi maior do que o mínimo de 1 milhão de barris esperado.

O corte na produção destina-se a barrar a queda do preço do petróleo, que em dois meses recuou cerca de 30%, em meio de preocupações com o excesso da oferta.

Segundo a imprensa venezuelana, na última década a produção de petróleo da Venezuela caiu de 3,2 milhões para 1,1 milhões de barris diários de cru.

De acordo com declarações de Maduro, os dois países assinaram uma série de acordos nas áreas de petróleo, telecomunicações, defesa, mineração e comercialização.

O chefe de Estado venezuelano disse que foi assinado um acordo com a Venezuela no valor de 5 bilhões de dólares, “para elevar a produção petrolífera, com nossos sócios russos das empresas mistas”.

Por outro lado, a Venezuela anunciou a compra de até 600 mil toneladas de trigo russo, na tentativa de debelar a crise de oferta alimentar básica que aflije a população. Também foram firmados acordos para produção de armas e exploração de ouro. Além disso, uma reunião foi agendada com empresários russos para avaliar os investimentos na extração de diamantes no país sul-americano.

# Macron tenta aplacar revolta com aumento do mínimo em 100 euros



Apesar das medidas anunciadas pelo presidente os protestos seguem marcados

## Obrador para os leilões do petróleo e anuncia construção de nova refinaria

Após suspender por três anos os leilões de petróleo, o recém-empossado presidente do México, Andrés Manuel López Obrador (AMLO), anunciou que aumentará em 75 bilhões de pesos (US\$ 3,7 bilhões) o investimento da Petróleos Mexicanos (Pemex) em 2019. O objetivo, frisou, é reativar a indústria petrolífera, modernizar as seis refinarias sucateadas e construir uma nova no porto marítimo de Dos Bocas, em Tabasco, cuja licitação começará no próximo março.

“Estou seguro de que os recursos previstos de investimento serão suficientes, porque não é que haja faltado dinheiro, é que sobrou corrupção”, condenou o presidente, colocando como exemplo que para reformar três das seis refinarias foram investidos US\$ 8 bilhões, “que é o que vai custar a nova refinaria”.

“Vamos rumo à autosuficiência, para dar valor agregado à matéria-prima”, afirmou Obrador, destacando que honrará seu compromisso de campanha e que em três anos o país estará completamente independente no que diz respeito à produção e ao refino de gasolina, baixando o preço dos combustíveis ao deixar de comprar no estrangeiro. “Foi assegurado que, com a reforma



O presidente do México, López Obrador, com a ministra de Energia, Rocío Nahle

energética, estaríamos extraíndo neste momento 3 milhões de barris por dia e estamos produzindo um milhão e 800 mil, com uma tendência de queda, de uma forma muito preocupante, porque paramos de investir na exploração de petróleo, paramos de perfurar poços”, declarou. “Necessitamos urgentemente enfrentar, parar, frear esta crise e começar a recuperação na produção de petróleo”, acrescentou o presidente, alertando que, “senão intervimos no meio do próximo ano estaremos extraíndo apenas um milhão e 500 mil barris diários”.

Após suspender os leilões de petróleo, o presidente disse que as empresas beneficiadas pela “reforma energética” de 2013 – que pôs fim, após oito décadas, ao monopólio da petrolífera estatal Pemex – precisam parar de especular e começar a produzir. “Não vamos

cancelar contratos. O que queremos é que aqueles que os receberam demonstrem que vão investir e produzir”, esclareceu.

“Em quatro anos de reforma energética, a Pemex investiu muito pouco. Mas apenas 2% de todo o investimento da Pemex foi investimento estrangeiro aportado com a reforma energética. Com esses contratos não houve extração de um único barril de petróleo. Então, não podemos continuar entregando territórios para a extração de hidrocarbonetos se não há investimento e, o mais importante, se não há produção”, sublinhou.

“Vamos ter uma trêgua de três anos para que haja investimento. Nós não queremos títulos de investimento que são usados apenas para especulação. Queremos que eles produzam e nós precisamos deles – a produção está caindo”, advertiu Obrador.

## Odebrecht pagará multa de US\$ 181 milhões ao Peru por propinoduto

O Ministério Público do Peru e a Odebrecht assinaram neste final de semana um acordo em que a construtora brasileira se compromete a pagar uma multa de US\$ 181 milhões relativa à propinas entregues a funcionários públicos em troca de privilégios e superfaturamento de obras. Além disso, a empresa terá de entregar documentos e dados sobre o repasse das gorjetas milionárias.

Conforme o procurador Rafael Vela, coordenador da investigação peruana para continuar operando no país, a Odebrecht desembolsará a multa – cerca de R\$ 707 milhões – ao longo de 15 anos. Um dos pontos-chaves do acordo é que o ex-diretor da Odebrecht no Peru, Jorge Barata, preso no Brasil, poderá ser interrogado, além do que a promotoria receberá informações dos sistemas de computador criptografados chamados MyWebDay e Drousys, que a construtora vinha utilizando para proteger informações sobre os seus crimes. A farta distribuição de propina realizada pela Odebrecht alcançou os mais altos escalões do governo peruano, incluindo os ex-presidentes



“Fora com os ratos”, exige manifestante peruano

Alan García (preso), Alejandro Toledo (foragido), Ollanta Humala e Pedro Pablo Kuczynski, proibidos de deixar o país, além da ex-candidata a presidente, Keiko Fujimori, em prisão provisória há 20 dias.

A Odebrecht já admitiu ter distribuído corrupções criminosas a autoridades de 11 países – além do Brasil, em troca de suas obras arranjadas.

A empresa reconheceu em 2016 que pagou US\$ 788 milhões em propina a dez países latino-americanos (Argentina, Colômbia, República Dominicana, Equador, Guatemala, México, Moçambique, Panamá, Peru e Venezuela) e dois da África (Angola e Moçambique). Só no Peru a empreiteira admitiu o pagamento de US\$ 29 mi-

lhões, de forma a participar de mais de 40 projetos envolvendo US\$ 12 bilhões em gastos públicos.

No Peru, dois contratos são referentes à construção de uma estrada que uniu o país ao Brasil durante o mandato do presidente Alejandro Toledo, que governou o país entre 2001 e 2006. Outros dois contratos dizem respeito à construção do metrô de Lima, que foi executado durante o segundo governo de Alan García, entre 2006 e 2011. Estão sob investigação contratos para ampliar o corredor Costa Verde-Callao, na costa de Lima, e a construção de uma estrada de acesso rápido à Cuzco. Uma quinta obra é o projeto Chacas, na região andina de Ancash.

Após quatro sábados de revolta por toda a França, bloqueios de refinarias, greves de estudantes e convocação de greve pela CGT Macron anunciou recuo nas medidas de arrocho

Depois de quatro horas de reunião com ministros, líderes parlamentares, das organizações sociais, sindicais e empresariais, Macron declarou que a França vive um estado de “emergência econômica” e, no afã de aplacar a ira que transbordou em consecutivas manifestações no país, anunciou medidas como aumento do Salário Mínimo em 100 euros, e a retirada de impostos sobre aposentadorias de até 2.000 euros mensais.

Fazendo uma mea culpa, Macron declarou ainda que “ouviu e entendeu os manifestantes” de cuja raiva e indignação disse que “foram profundas e em muitas formas legítimas” e, prosseguiu, “posso ter lhes dado a impressão que estas não eram as minhas preocupações e que tinha outras prioridades. Sei que feri alguns de vocês com minhas palavras”.

Mas tentou balizar os manifestantes dizendo que os protestos – e não suas medidas de arrocho e favorecimento dos mais ricos – “perturbaram profundamente a nação” e levaram a “uma série de violências inaceitáveis”.

### MÍNIMO

O aumento do mínimo atualmente em 1.498,47 euros, fica aquém dos 1.800 euros exigidos pela principal central sindical francesa, a CGT, apesar disso, Macron declarou que este aumento seria para “permitir ao trabalhador francês viver com dignidade”.

Se os recuos serão suficientes para esvaziar as manifestações já previstas para esta semana, e o que acontecerá no próximo sábado, se o “Ato V” dos “coletes amarelos”, ou um interregno, fica para ser visto. Na segunda-feira, os secundaristas mobilizaram 450 escolas no país inteiros, sendo que 50 foram ocupadas, um ritmo um pouco mais acelerado do que o de sexta-feira. Os universitários prometem ir às ruas na quinta-feira. A CGT anunciara greves e manifestações na sexta-feira. E, por enquanto, não foi revogada o convite, pelas redes sociais, para o bota fora de Macron, no sábado (15), “no Palácio Eliseu”. O líder do França Insubmissa, Jean-Luc Mélenchon,

considerou as promessas de Macron, “vã” e manteve a pressão.

Os protestos dos “coletes amarelos” se repetem há quatro sábados, com multidões na França inteira, repudiando nas ruas e estradas o arrocho de Macron e seu favorecimento dos ricos. No último sábado, apesar de um aparato policial gigantesco, os confrontos se repetiram em Paris, Toulouse, Bordeaux, Lyon, Marselha e muitas outras cidades.

### BLOQUEIOS

Os manifestantes bradaram a plenos pulmões “Macron Démission” [Macron Demissão], “Macron Fils à Maman” [Macron filho de Mãe] e “Vai Cair”, empunharam bandeiras tricolores, cantaram A Marselhesa, marcharam até prefeituras e ainda fecharam estradas e praças de pedágio. Foram bloqueadas também as ligações por rodovia com a Espanha, Bélgica e Itália. Segundo o Ministério do Interior, com dados atualizados neste domingo (9), foram feitas 1.723 detenções e 1.220 ficaram sob custódia e há 135 feridos, inclusive jornalistas, atingidos por balas de borracha da tropa de choque.

Pesquisas de opinião revelam o isolamento de Macron, cuja popularidade encolheu para 23%, em contraste com o apoio aos “coletes amarelos”, que é de 2 em cada 3 franceses, segundo o Le Monde.

O “colete amarelo” – a veste fluorescente que é obrigatória a todo motorista para uso em situação de risco na estrada – tinha tudo para virar, como virou, um ícone da resistência ao arrocho que aflije os franceses. A gota d’água foi a imposição de um imposto “ecológico” sobre o diesel, fundamental nas cidades médias e áreas rurais, depois de aumento de 23%, em 12 meses.

Imposto ainda mais deletério quando o próprio Macron cortara o imposto sobre as fortunas. Ao isso se somou a ação do presidente banqueiro para agravar a reforma da aposentadoria, o corte nos serviços públicos e o arrocho, com cada vez mais meses sobrando no final do salário. Até a indignação correr as redes sociais e explodir nas ruas.

## Argentina: devastação de Macri destrói vinte e cinco pequenas empresas por dia

Centenas de donos e representantes de pequenas e médias empresas argentinas (pymes pela sigla) se concentraram na frente do Congresso, em Buenos Aires, para exigir “medidas urgentes” que detenham a sangria que faz com que cerca de 25 pymes de todo o país tenham que fechar a cada dia. “Disseram que no Ministério de Produção poriam uma sala de primeiros auxílios para as pymes, mas o que puseram é uma sala de velórios”, ironizou Eduardo Fernández, diretor da Assembleia de Pequenos e Médios Empresários (Apyme). E para demonstrá-lo frisou: “As medidas que tomam não tem como objetivo a produção nacional e continuam essas taxas de juros que são as mais altas do mundo”.

Antes da desvalorização do peso e do início da recessão que o país sofre pela política de Mauricio Macri, “a taxa de mortalidade das pymes era de 10 cada 24 horas”; porém “hoje a cifra escalou de maneira dramática: fecham suas portas 25 empresas cada dia”, assinalaram através de comunicado conjunto oito entidades que agrupam pequenas e médias empresas de todo o país e mais de 20 câmaras do setor.

Os empresários que se concentraram frente ao Congresso mobilizaram depois até o anexo da Câmara de Deputados

onde apresentaram aos legisladores uma série de propostas para sair da crise. “Solicitamos medidas que o parlamento pode tomar e construir as maiorias necessárias” para tirar o setor da crise. Melhores taxas de juros para financiamento, eliminação de impostos e “uma administração inteligente do comércio exterior” são algumas dessas iniciativas.

“Pedimos algo mais que declarações e diagnósticos”, porque os tempos da suposta recuperação econômica que estima o governo nacional “não condizem com os tempos reais para pagar salários, cobrir impostos e pagar alugueis”, disse Eduardo Fernández.

O empresário avaliou que são cerca de 900 mil as indústrias, lojas, prestadores de serviços, produtores agropecuários e regionais que compõem o setor das pymes. E todas estão atingidas pelas medidas devastadoras do governo de Mauricio Macri.

O BC argentino já elevou os juros para 72,8% (acima dos venezuelanos). A dívida pública, segundo o FMI, deverá fechar em 70% do PIB em 2018, com uma queda gradual até 56% em 2021. Isso sem contar a inflação, que o FMI estima que fique em 40,5% neste ano e em 23% no ano que vem. O peso se desvalorizou mais de 50% em relação ao dólar em 2018.



## Itália multa Facebook em 10 milhões de euros por vender dados de usuários

A Itália se tornou o segundo país europeu a multar o Facebook no escândalo da Cambridge Analytica – a cessão de dados de milhões de usuários sem autorização –, com um total de 10 milhões de euros, após comprovação do delito depois de investigações abertas em abril.

Foi a mais alta multa imposta até aqui, com a penalidade aplicada no Reino Unido tendo ficado no equivalente a 565.000 euros. A medida foi tomada pela Autoridade de Concorrência e Garantia de Mercado (AGCM) da Itália contra a subsidiária Facebook Ireland e a matriz nos EUA, Facebook Inc. por “violações do Código do Consumidor”.

“A AGCM comprovou que o Facebook induz ao erro os usuários que se inscrevem na plataforma, sem informá-los de maneira adequada e imediata, durante a ativação da conta, que usam, com fins comerciais, os dados fornecidos por eles e, mais em geral, sobre os fins rentáveis que fundamentam a prestação do serviço de redes sociais, destacando só o serviço gratuito”, assinala a decisão.

O Facebook também foi multado por “implementar uma prática agressiva” com a qual se “exerce uma influência indevida nos consumidores inscritos, que sofrem, sem o consentimento expresso e prévio, portanto, de forma inconsciente e automática, a transmissão dos seus dados do Facebook a sites e aplicativos de terceiros com fins comerciais”.

Ou, como, como diz o arguto site ZeroHedge, quando algum aplicativo gratuito online não informa o que está sendo vendido, o produto à venda “é você”.

Também nos EUA há investigações em curso sobre a Facebook Inc por mercadejar, sem consentimento expresso, os dados dos usuários.

A Cambridge Analytica, empresa britânica que obteve do Facebook dados pessoais de até 50 milhões de usuários norte-americanos, teve de fechar após revelação do vazamento maciço e não autorizado dos dados pessoais, que foram usados indevidamente para fins eleitorais.

Antes de fechar, a Cambridge se disse “vilipendiada por atividades que não são legais, como também amplamente aceitas como um componente padrão da publicidade online, tanto no campo político, como comercial”.

O escândalo veio a público quando seu ex-diretor de Tecnologia, Christopher Wylie, revelou que a companhia tinha comprado dados de milhões de usuários do Facebook se o consentimento deles.

Os dados haviam sido obtidos por meio do expediente de oferecer aos incautos um aplicativo de perfil psicológico desenvolvido pela Universidade de Cambridge. Aplicativo que tinha o agravante de permitir não só o acesso não autorizado aos dados de quem aderiu à ferramenta, mas também de seus amigos.

A partir daí, eram feitos perfis de eleitores, com o objetivo de lhes direcionar propaganda política personalizada e fake news. Segundo Wylie, a fraude teria permitido influenciar nas eleições presidenciais nos EUA de 2016 e ainda na vitória do referendo do Brexit.

## Servidores públicos chilenos param contra “demissões massivas”

Os servidores públicos chilenos realizaram uma paralisação nacional nesta quinta-feira “em defesa do emprego e da função pública” e contra “a continuidade da prática de demissões arbitrárias, injustificadas e massivas” – duas mil apenas nas últimas semanas – realizadas pelo presidente Sebastián Piñera.

No correr do ano, denuncia o secretário-geral da Central Unitária dos Trabalhadores (CUT) do Chile, Nolberto Díaz, cinco mil funcionários públicos já foram jogados no olho da rua. Com estas novas demissões às vésperas do Natal, condena, “o governo simplesmente apagou o acordo que havia assinado, faltou com sua palavra”.

Com faixas e cartazes exigindo “Não às demissões” e “Respeito aos direitos”, os servidores se concentraram a partir do meio dia na Praça da Constituição, em frente ao Palácio de la Moneda, em Santiago, para denunciar que desde quando foi empossado, em março, Piñera tem provocado enormes danos à estrutura pública. No conjunto das regiões os funcionários colocaram balões e bandeiras pretas nas frentes dos locais de trabalho alertando a população sobre o processo de desmonte da máquina pública.

De acordo com Carlos Insunza, presidente do Agrupamento Nacional de Empregados Fiscais (Anef), há uma “forte concentração e impacto” em áreas de relevância social que ficarão extremamente debilitadas. A gravidade da situação, descrevem, é a seguinte: “Ministério do Interior e serviços dependentes, mais de 400 demissões, completando o corte de 25% do pessoal de março até o momento; Educação, 210 demissões, completando o corte de 25% do pessoal de março; Saúde, 135 demissões; Bens Nacionais, 42 demissões, incluindo a de 12 funcionários reincorporados por ordem judicial, completando o corte de 20% do quadro desde março; Serviço da Mulher e Igualdade de Gênero, 52 demissões, completando 27% do quadro total, 13% desde março; e Serviço Nacional de Capacitação e Emprego (Sence), com 72 demissões, completando o corte de 15% do total no transcorrer do ano”.

Também ocorreram demissões em massa no Ministério do Meio Ambiente e em outros organismos do Estado nas diferentes regiões, acrescentou Insunza, condenando “a situação absolutamente inaceitável”.

# China ao Canadá: libertem Meng ou aguentem as consequências



Diretora da Huawei Meng Wanzhou foi presa de forma completamente fora da lei

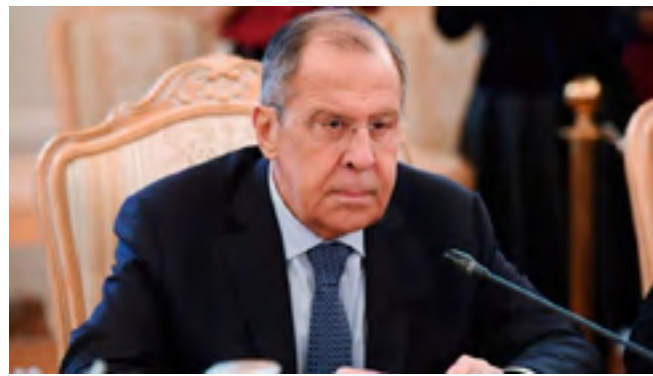
## Chanceler Lavrov condena ‘ilegalidade dos EUA’ na prisão da executiva da Huawei

O ministro do Exterior da Rússia, Sergei Lavrov, condenou a prisão e solicitação de extradição por parte dos Estados Unidos da diretora da empresa chinesa de telecomunicações, Huawei.

“É revoltante essa atitude de levar à extraterritorialidade as leis norte-americanas”, destacou Lavrov, referindo-se à detenção da diretora de finanças Meng Wanzhou em Vancouver, Canadá, sob acusação de que ela feriu leis unilaterais norte-americanas que estabelecem sanções contra o Irã.

“Esse hábito de levar leis dos EUA a outros países revolta a grande maioria das pessoas e Estados normais”, afirmou o chefe da diplomacia russa.

A prisão de Meng, filha do fundador da Huawei se deu no domingo e foi executada pelos canadenses a pedido dos Estados Unidos, as acusações para a detenção só são conhecidas em linhas



Lavrov: ‘é uma política arrogante que o mundo não aceita’

gerais, mas não há, até o momento, acusações específicas sobre o que ela teria supostamente cometido em termos de ilícitos.

“É uma política arrogante, chauvinista, que ninguém no mundo aceita. Essa política já está espalhando rejeição até entre os mais próximos aliados dos EUA. Isso tem que acabar”, enfatizou Lavrov, ao falar a jornalistas em evento da OSCE (Organização para

a Segurança e Cooperação da Europa), realizado em Milão.

O porta-voz do Ministério do Exterior da China, Geng Shuang, exigiu que o Canadá e Washington esclareçam imediatamente as razões que levaram à prisão de Meng, bem como sua libertação imediata. “Só a detenção já viola seriamente os direitos humanos da vítima”, declarou o porta-voz.

## Processo do partido dos Clintons contra o WikiLeaks é ataque à liberdade de imprensa

O WikiLeaks repudiou nova investida contra o principal portal independente do mundo de denúncia dos crimes imperiais e da corrupção dos monopólios, agora por parte do Comitê Nacional do Partido Democrata (DNC), o que ocorre em paralelo às pressões para prender e extraditar seu líder asilado na embaixada do Equador, Julian Assange, e denunciou que isso é uma tentativa de intimidação, censura e transformação da 1ª Emenda – que garante a liberdade de expressão – em “uma casca vazia”.

Tudo com o objetivo de blindar Hillary Clinton – a inepta e desonesta candidata que facilitou ao extremo a ascensão de Trump – e esconder a manipulação realizada a seu favor contra a candidatura presidencial de Bernie Sanders.

Conforme o WikiLeaks, não há qualquer outro sentido por detrás do processo judicial contra Portal. O acolhimento por parte da Justiça deste monumental ataque, alertaram os editores do portal, teria um efeito desastroso sobre a liberdade de imprensa e abriria as portas para o julgamento de toda e qualquer organização de mídia que ousasse falar a verdade.

O WikiLeaks reafirmou o direito de publicar “informações verdadeiras de interesse público” – como a dos e-mails de campanha. Sem o direito à liberdade de expressão, sublinhou o WikiLeaks, “tudo o que restaria seria uma casca da Primeira Emenda”, com “uma mídia autocensurada, intimidada pelo medo de ações judiciais destinadas a privar o público de

seu direito à informação sobre figuras públicas e entidades poderosas”.

Qual é a dúvida de que a informação de que a direção nacional democrata interferiu e fraudou as primárias para assegurar a nomeação de Hillary seja de “interesse público”? Que Bernie Sanders foi acintosamente garfado? Talvez não fosse de interesse da Fundação Clinton nem dos bancos que pagavam fortunas pela prosa shakespeariana de Hillary, mas do público, lá isso era.

Que era uma interferência espúria em um processo eleitoral, é evidente. Tanto assim que a presidente do comitê nacional democrata teve que renunciar assim que os emails vieram a público.

O Partido Democrata acusa a organização de vaziar as informações em uma operação calculada para “minar a fé pública no processo democrático dos EUA, denegrir a então candidata Hillary Clinton e prejudicar sua elegibilidade e possível presidência”. A ação judicial colocou os e-mails como “segredos comerciais”, “cuja publicação prejudicou os negócios” do DNC.

Talvez fosse uma interessante perguntar o que significaria esses “os negócios do DNC” e porque estariam umbilicalmente ligados a Hillary – cujas referências da ela de Trump recentemente eram respondidos com um coro de “Lock her Up (bota em cana)”.

Sobre a disputa Trump versus Hillary, Assange, em uma entrevista antes da eleição, dissera que

era “como escolher entre a sífilis e a gonorreia”.

A contrariedade de Hillary contra Assange e o WikiLeaks era notória, por causa dos “logs da guerra no Iraque e no Afeganistão”, inclusive o vídeo do “Assassinato Colateral” – em que um helicóptero ianque metralha jornalistas no Iraque e aos que os socorrem –, e mais ainda por contra dos cabogramas da sabotagem, no mundo inteiro, cometida pelo Departamento de Estado, de que ela era a chefe. Chegou a sugerir, conforme várias fontes, enviar “um drone” para dar cabo do editor.

Além de auxiliar nos intentos do regime Trump de prender e extraditar Assange, que considera o chefe de um ‘serviço de inteligência hostil não-estatal’, o atual processo visa servir de suporte para a farsa do Russiagate, de um complô para não deixar Hillary ser eleita, ainda mais, agora que, pelo menos na Câmara de Deputados, a tentativa de impeachment passa a ser uma possibilidade, que dificilmente vingará, por causa do controle sobre o Senado mantido por Trump.

Como assinalou o maior denunciador dos tempos modernos, Edward Snowden, não há como coibir a publicação de verdades pelo WikiLeaks, sem coibir a liberdade de expressão para todos, e não há, do ponto de vista mais essencial, diferença entre as denúncias que vieram a público graças a Assange, e a publicação, pelo New York Times, em outra época, dos Papeis do Pentágono, que foram chave no isolamento da bestial guerra contra o Vietnã.

A Huawei é perseguida por Washington porque expressa o avanço da China em alta tecnologia. Em 2017 os chineses registraram 43,6% do total mundial de patentes, mais do dobro dos EUA

Tribunal provincial canadense adiou para esta terça-feira (11) a decisão sobre se concede ou não a libertação por fiança a Meng Wanzhou, diretora financeira da Huawei, a maior empresa de infraestrutura de telecomunicações do mundo e a número dois em celulares. Ela está ilegalmente detida em Vancouver desde o dia 1º, quando foi retirada de um voo de conexão, a pedido de Washington, sob alegação de violar sanções norte-americanas extraterritoriais contra o Irã.

A China protestou em termos veementes contra aquilo que a mídia chinesa chamou de “sequestro” e “tomada de refém” de uma cidadã chinesa, e também denunciou a “violação dos seus direitos humanos” e o “tratamento cruel”.

Pequim repreendeu, ainda, em termos bastante ásperos o governo Trudeau, exigindo a imediata libertação de Meng, e advertindo que o Canadá “irá arcar com as consequências” se persistir na provocação e vassalagem. Também foi chamado às falas o embaixador dos EUA em Pequim.

Meng foi sequestrada no mesmo dia em que o líder chinês Xi Jinping se reunia em Buenos Aires com o presidente Donald Trump e acertava trégua de 90 dias para a guerra comercial.

### SEM EVIDÊNCIAS

Na audiência, não foi apresentada, pela promotora, qualquer evidência da acusação contra Meng. Estavam presentes o marido de Meng e executivos da Huawei. Pela lei canadense, a defesa não pode apresentar qualquer prova contra, e a acusação não precisa provar nada.

A prisão de Meng serviu de senha para que várias gigantes das telecomunicações, em países vassalôs ou sob ocupação, como o Japão, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia, anunciassem que não adotariam o 5G da Huawei, sob alegação de risco de segurança por ‘portas dos fundos’ que poderiam ser embutidas nas redes fornecidas pela gigante chinesa.

A Huawei saiu na frente nas redes de alta velocidade 5G, em que se basearão a internet das coisas, a ‘Revolução Industrial 4.0’ e os automóveis autônomos, entre outros aspectos. Também está surpreendendo nos chips avançados, na Inteligência Artificial e na Realidade Virtual. Este ano, suplantou a Apple, se tornando a número dois, logo depois da Samsung, e vendendo 153 milhões de celulares.

De acordo com o pedido apresentado por sua defesa, Meng, que possui duas casas em Vancouver, ficaria em uma delas, usando um bracelete com dispositivo de GPS, e equipe privada de monitoramento para garantir sua permanência. Os passaportes de Meng já foram confiscados. A

fiança oferecida é de US\$ 14 milhões em imóveis e US\$ 1 milhão em dinheiro. Além de diretora financeira, Meng é filha do fundador da Huawei.

Conforme a consultoria Eurásia Group, a Huawei é a “única empresa no mundo” atualmente capaz de produzir “todos os elementos de uma rede 5G, como estações de base, centros de dados, antenas e aparelhos, e os colocar juntos em escala e custo”. A receita do grupo esperada para este ano é de US\$ 102 bilhões, 9,3% a mais em relação a 2017.

E a Huawei é a vitrine do avanço da China na alta tecnologia. Em 2017, a China foi o país do mundo que registrou mais patentes (43,6% do total), mais do dobro dos EUA, segundo dados da Organização Mundial de Propriedade Intelectual.

Sobre as acusações, como salientou Pequim, até hoje ninguém apresentou qualquer prova de que um microchip chinês contivesse portas fundos para espionagem, apesar de viverem repetindo o lengalenga.

Em compensação, desde 2009, com as denúncias de Edward Snowden, se sabe quem é que exerce esse grampeamento total, 24 por 7, a cada segundo, no planeta inteiro – a teoria de “formar o palheiro para procurar a agulha quando precisar”. E ainda como a NSA detém salas secretas nas operadoras de telecomunicações norte-americanas e parasita as megaestradas digitais e os cabos submarinos.

Um dos dispositivos da NSA, também vazou Snowden, permitia transformar um televisor Samsung ligado à rede em um espião dentro da casa de qualquer um. O que Washington faz é projetar sobre os outros o que o NSA e a CIA é que fazem há mais de uma década.

Como assinalou o chanceler russo Sergei Lavrov, a prisão de Meng, por suposta violação de uma lei norte-americana é ilegal e tenta impor aos demais países, extraterritorialmente, as leis americanas.

As sanções se tornaram uma das principais formas dos EUA de tentar deter o avanço das concorrentes estrangeiras, que superam no terreno comercial, industrial e tecnológico as combatidas transnacionais americanas, e o fazem em conformidade com as normas da OMC e de seus países.

O que vem sendo exacerbado com Trump, ainda mais com sua retirada unilateral do acordo com o Irã, e uso das sanções para atacar os concorrentes.

A Huawei assinalou “não tem conhecimento sobre nenhuma infração cometida por Meng Wanzhou” e que praticamente nada sabe sobre as acusações. Acrescentou ter cumprido “todas as leis e regulamentações aplicáveis onde opera, inclusive as leis e regulamentos de controle de exportação e sanções da ONU, EUA e União Europeia”.

ANTONIO PIMENTA



# Sérgio Moro e o caso Onyx Lorenzoni/JBS

Pelos serviços que o rigor de Moro prestou ao país – é estranho que ele diga que Onyx tem a sua “confiança pessoal” no momento em que é evidente que ele cometeu um crime (ou, se Moro preferir, no momento em que é “suspeito” de um crime), como receptor do dinheiro de um dos grupos mais corruptos da história da nossa terra

CARLOS LOPES

Depois que o STF, a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), abriu investigação sobre o recebimento de dinheiro da JBS, via caixa 2, por Onyx Lorenzoni – chefe da equipe de transição de Bolsonaro e anunciado para a Casa Civil – o ex-juiz e futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, declarou o seguinte:

“Onyx tem minha confiança pessoal. Sei do grande esforço que ele fez para aprovar as 10 Medidas Contra a Corrupção.”

Pelo que fez, desde março de 2014, quando deflagrou a primeira fase da Operação Lava Jato (hoje na 57ª fase), Moro granjeou o respeito do país – e muito justificadamente, pois não é possível resolver os nossos problemas enquanto a Nação estiver sufocada, internamente, por uma oligarquia político-partidária corrupta, pútrida, sem escrúpulos e sem sentimento de pátria.

Lorenzoni não fez nada parecido, nem de longe. Mais à frente, abordaremos o seu “esforço” como relator das 10 Medidas Contra a Corrupção na Câmara – uma vez que elas não foram aprovadas até hoje, quatro anos após sua elaboração, e mais de dois anos após o seu encaminhamento ao Congresso como projeto de lei, com as assinaturas de 2 milhões, 189 mil e 276 brasileiros (v. MPF, 10 Medidas Contra a Corrupção).

Aliás, parafraseando o próprio Moro – ao se referir a Lula e outros réus –, mesmo que Lorenzoni fosse um Catão na luta por essas medidas, não é pelas coisas boas que ele fez na vida que está sendo investigado.

Nesse caso, o poço que abastecia Lorenzoni é um grupo (a JBS, ou, melhor, sua holding, a J&F), que, até agosto do ano passado, já aceitara pagar R\$ 10 bilhões e 300 milhões pelos danos causados por sua atividade ilegal. O que ainda é pouco, considerando o dinheiro que o BNDES, nos governos Lula e Dilma, colocou na empresa, sem qualquer ressarcimento (v. Câmara de Combate à Corrupção do MPF homologa acordo de leniência com J&F, e, também, JBS: Temer, Lula, Meirelles, propinas e dinheiro do BNDES).

Especificamente sobre as planilhas da JBS em que consta o nome de Lorenzoni, reproduziremos aqui um trecho do depoimento do diretor financeiro do grupo, Ricardo Saud:

“O método de pagamento era sempre determinado pelo político, podendo consistir em doação oficial, pagamento de notas fiscais avulsas ou entrega de dinheiro em espécie” (cf. Termo de Colaboração nº 13 de Ricardo Saud, Anexo 36, grifo nosso).

Lorenzoni preferiu o dinheiro em espécie.

Entretanto, recapitulemos os fatos.

## PEQUENA CONFISSÃO

Em maio de 2017, o nome de Onyx Lorenzoni apareceu em uma das planilhas da JBS entregues ao Ministério Público pelo funcionário Demilton Antônio de Castro, que, desde 2006, organizava a contabilidade dos repasses a políticos, na empresa de Joesley Batista.

Lorenzoni, rapidamente, confessou o recebimento, em 2014, de R\$ 100 mil da JBS, que jamais declarou à Justiça Eleitoral, e disse:

“Cabe-me, sim, com ativez, como um homem deve fazer, que assumi meu erro e pedir desculpas ao eleitor. A verdade tem que ser o caminho para o Brasil se reencontrar com aquilo que o Brasil quer, um Brasil limpo e correto, e quero dizer que essa responsabilidade será assumida

diante do Ministério Público e do Judiciário.”

Lorenzoni também esclareceu que “tive o cuidado de perguntar se o dinheiro era lícito, de origem limpa”, como se a ilegalidade não fosse, precisamente, ele receber dinheiro e não declará-lo à Justiça Eleitoral.

Mas é verdade que Lorenzoni confessou (até mesmo admitiu que quem lhe entregou o dinheiro foi exatamente a pessoa que é mencionada na planilha da JBS) e se disse arrependido, disposto a um ato de contrição diante da Justiça e do Ministério Público – e, supomos, até a devolver o dinheiro.

Assim, em sua primeira entrevista coletiva após aceitar o convite de Bolsonaro para o Ministério da Justiça, no dia 6/11, perguntado sobre os problemas de seu futuro colega da Casa Civil, Moro respondeu que Lorenzoni “admitiu o erro, pediu desculpas e tomou providências para repará-lo”.

Não deixava de ser uma resposta estranha para um homem rigoroso como Sérgio Moro, pois, mesmo admitindo-se que Lorenzoni pegou o dinheiro da JBS para fazer o que disse (pagar dívidas de campanha eleitoral, sem qualquer compromisso com Joesley & cia.), mesmo assim, caixa 2 eleitoral não é um “erro”, mas um crime, definido como “falsidade ideológica eleitoral” pelo artigo 350 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65), com pena prevista de até cinco anos de cadeia.

Mas... se Jesus Cristo livrou a mulher adúltera do apedrejamento previsto pelas leis de Moisés, por que Lorenzoni não poderia, depois de reparar o malfeito, receber o perdão, inclusive, de Moro?

Segundo o Evangelho de João, no entanto, Jesus disse à adúltera: “vai e não peques mais”.

Não é bem o caso de Onyx Lorenzoni – a julgar pelos delitos passados que ele escondeu. Oito dias após a entrevista de Moro, apareceram – dessa vez, na planilha da JBS de 2012 – mais R\$ 100 mil, que foram entregues a Lorenzoni, quando era presidente do DEM do Rio Grande do Sul, no dia 30 de agosto daquele ano.

Não foi tudo. Havia mais R\$ 100 mil, pois, na planilha da JBS de 2014 – esclareceu a procuradora geral da República, Raquel Dodge, em sua petição ao STF – consta a passagem de R\$ 200 mil (e não R\$ 100 mil) para Onyx Lorenzoni, no dia 12 de setembro de 2014 (cf. PGR, Petição 7.782, 21/11/2018, p. 18).

Portanto, foram passados pelo menos R\$ 300 mil da JBS para Lorenzoni – que nada declarou à Justiça Eleitoral, e, quando reconheceu alguma coisa, só confessou o recebimento de R\$ 100 mil.

A outra hipótese seria a JBS ter colocado o nome de Lorenzoni, em duas alentadas listas de receptores de seu dinheiro, em maio de 2017, somente para complicá-lo em novembro ou dezembro de 2018, ou seja, um ano e meio depois...

Houve, em alguns dos processos que Moro julgou, na 13ª Vara Federal de Curitiba, réus que chegaram perto de algo semelhante, a começar por Lula e suas quase-explicações sobre o triplex de Guarujá ou o sítio de Atibaia.

Mas nenhum chegou a tanto. Por isso, é necessário lembrar a experiência de Moro no assunto.

## SENTENÇAS

Foi exatamente o rigor do juiz Sérgio Moro no combate à corrupção, que lhe proporcionou a admiração do povo brasileiro.

A recíproca é que nenhum magistrado, em nossa História, es-



Sérgio Moro (Foto: Marcelo Chello/Estadão)

teve tão exposto quanto ele a uma campanha de difamação que não parecia (e não parece) ter limites.

Da mesma forma, nenhum juiz em nossas lides judiciais enfrentou a mentira de maneira mais firme – e, é possível dizer, quase sempre serena.

Como titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, Moro abriu 82 processos no âmbito da Operação Lava Jato e, até sua saída, condenou 140 corruptos – inclusive Lula, Eduardo Cunha, José Dirceu, Sérgio Cabral, Gim Argello, João Vaccari, Renato Duque, André Vargas, Luiz Argôlo, Pedro Corrêa, Aldemir Bendine, Pedro Barusco, Marcelo Odebrecht, Mônica Moura, João Santana, José Carlos Bumlai, João Claudio Genu e Antônio Palocci.

Esses réus foram ouvidos por ele – muitos, mais de uma vez –, em geral mentindo desavergonhadamente, até que a atitude do juiz convenceu a maior parte de que continuar mentindo não era a melhor coisa a fazer.

Não houve uma só condenação que não fosse justa – e podemos dizer isso com tranquilidade, depois de ler todas as sentenças de Moro. Pode-se discordar de tal ou qual pena, mas não se pode deixar de concluir pela culpa dos condenados (ao leitor devoto de São Tomé, aquele apóstolo que queria ver para crer, os 82 processos estão nas páginas de denúncias e decisões da Operação Lava Jato no Paraná).

Todas as sentenças de Moro foram exaustivas no melhor sentido da palavra, procurando esgotar a exposição do conjunto de provas e responder a cada alegação, bem ao estilo (jurídico, embora não literário) de Ruy Barbosa – autor, aliás, citado por ele, em polêmica com Gilmar Mendes (v. Moro, no Senado, analisa projeto de lei sobre supostos “abusos de autoridade”).

Essa tendência a exaurir os argumentos foi tão marcante, que um suposto jurista, ao tentar uma defesa de Lula, reclamou, em um artigo, que as sentenças de Moro eram “excessivamente” longas – como se isso não revelasse a incapacidade do comentarista (e sua preguiça).

Por tudo isso – ou seja, pelos serviços que o rigor de Moro prestou ao país – é estranho que ele diga que Onyx tem a sua “confiança pessoal” no momento em que é evidente que ele cometeu um crime (ou, se Moro preferir, no momento em que é “suspeito” de um crime), como receptor do dinheiro de um dos grupos mais corruptos da história da nossa terra.

Sob qualquer ângulo, o passado e a credibilidade de Moro não podem ser emprestadas para sacramentar atos – e pessoas – não muito corretos, ou nada corretos, exatamente do tipo que ele sempre combateu bravamente.

O que pode acontecer é o contrário: que esse passado e essa credibilidade fiquem prejudicados, se Moro não perceber onde se encontra ou quem são seus colegas de governo.

Entretanto, isso não é bom para o país, já cansado, sob uma camada política apodrecida

– que, ou é removida, ou continuará infelicitando os homens e mulheres honrados, que são, mais que tudo, o Brasil.

A questão é que a declaração de Moro sobre Lorenzoni não ajuda os brasileiros a ter a esperança – promissora – de remover essa oligarquia política corrupta através da Lei e da Justiça.

## PADRÃO

Moro sabe perfeitamente o que é a mentira. Ele a enfrentou em quase cinco anos de experiência na Lava Jato, mais quatro anos no Caso Banestado, mais dois anos na Operação Farol da Colina – e mais um ano como auxiliar da ministra Rosa Weber, na época do chamado “mensalão”.

Portanto, quando Lorenzoni diz, sobre o dinheiro que não confessou ter recebido da JBS, que é coisa “requentada” (“se requenta uma informação do ano passado dada por alguém que não sei quem é”), não é possível que Moro não reconheça um padrão.

Que padrão?

Este:

“A repetição dessa notícia, velha, requentada, etc.” (nota do Instituto Lula, 10/06/2016).

Ou:

“A revista se utilizou de matéria requentada, etc.” (Fernando Collor de Mello, Senado, 06/15/15).

Ou:

“Mais uma tentativa requentada de atacar de forma inaceitável a honra de Temer, etc.” (Nota do Planalto, 09/05/2018).

Ou:

“São acusações requentadas, etc.” (nota da defesa de Eduardo Cunha, 13/11/2018).

Quase se pode dizer que, quando alguém chama uma acusação de “requentada”, é porque ela é verdadeira.

## RELATOR

Qual a diferença da conduta de Lorenzoni, ao negar (“não tenho nada a ver com isso”) que recebeu o dinheiro que as planilhas da JBS registraram, para a de Lula, Cunha ou Cabral?

Nessa questão, a da mentira, nenhuma.

Agora, vejamos o motivo pelo qual Moro afirma que Lorenzoni tem sua “confiança pessoal” – o suposto esforço para aprovar as 10 Medidas Contra a Corrupção.

É verdade, como já dissemos, que isso nada tem a ver com o problema, pois uma virtude não pode apagar um delito, como o próprio juiz Moro evidenciou em algumas sentenças.

Porém, uma observação: a oitava das 10 Medidas Contra a Corrupção é a “criminalização do caixa 2 para partidos políticos”.

Por que “para partidos políticos”?

Pela razão que mencionamos antes: o caixa 2 para candidatos a cargos eletivos – como era o caso de Onyx Lorenzoni quando recebeu o dinheiro da JBS, em 2014 – já é crime, definido pelo artigo 350 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65), com pena de até cinco anos de cadeia.

Lorenzoni, no entanto, quando recebeu dinheiro da JBS em

2012 – também via caixa 2 –, não era candidato, mas presidente do DEM do Rio Grande do Sul, exatamente o caso previsto na Medida Oito contra a corrupção.

Quanto à atuação de Lorenzoni como relator das 10 Medidas Contra a Corrupção, caracterizou-se – se o deputado nos permite o termo – pela cavalice (o que nada tem a ver com firmeza).

Ele apresentou, ao todo, quatro relatórios – e o resultado final foi a aprovação, na Câmara, no dia 30 de novembro de 2016, de um substitutivo com sentido oposto ao original, sob protestos dos procuradores e entidades que apoiavam o projeto original.

A votação acabou por ser anulada pelo STF – e o projeto não entrou mais em pauta para a conclusão da votação.

Lorenzoni foi incapaz de articular a aprovação, no plenário, ou mesmo na comissão especial, das “10 Medidas”. Também nada fez para que fosse aprovado, após a anulação da votação.

Sua reação limitou-se ao escoiceamento – e aí se descobriu que ele recebera dinheiro da JBS, sem declará-lo à Justiça Eleitoral.

Pode ser que Moro, um grande juiz, mas algo jejuo em política, não perceba que os escoiceamentos de Lorenzoni não foram um “esforço” – muito menos um “grande esforço” – para aprovar as “10 Medidas”. A ingenuidade não é um crime.

Pode também ter acontecido de que Moro não tenha percebido que Lorenzoni nada fez quando o então presidente do seu partido, o DEM, Agripino Maia, se tornou réu por receber uma propina de R\$ 650 mil, na construção da Arena das Dunas, em Natal. Não é, aliás, o único processo de Agripino (v. STF aceita denúncia contra Agripino Maia, presidente nacional do DEM, e, também, Agripino torna-se réu pela segunda vez no STF).

Mas resta saber porque ele acha que deve empenhar o seu grande prestígio – inclusive “pessoal” – para avalizar a conduta de Lorenzoni, em um caso onde é claro o delito.

## BOLAS NAS COSTAS

Não acreditamos que Moro tenha a opinião de que Lorenzoni só poderá perder a sua confiança no dia em que for condenado pela Justiça.

Essa foi, exatamente, a alegação do PT para não expulsar Vaccari, Dirceu, etc., com o resultado de que, nem depois de condenados eles foram expulsos.

Para ser intencionalmente justo, além do PT, o PSDB – com exceções, por exemplo, o senador Tasso Jereissati – também recorreu a essa horrenda alegação para não expulsar Aécio Neves, mesmo depois que este foi flagrado quando pedia R\$ 2 milhões de propina ao dono da JBS.

Mas, se não é essa a alegação de Moro em relação a Onyx Lorenzoni, qual poderia ser?

Podemos apenas formular uma hipótese, mas é justo que a formulemos, devido à importância do assunto para a vida nacional.

Na segunda-feira (03/12), em Madri, Moro disse que aceitou ser ministro porque estava “cansado de tomar bola nas costas”:

“Como gostamos de futebol, temos no Brasil uma expressão segundo a qual alguém diz estar cansado de levar bola nas costas.

“Meu trabalho no Judiciário era relevante, mas tudo aquilo poderia se perder se não impulsasse reformas maiores, que eu não poderia fazer como juiz.

“Durante esses 4 anos [de Lava Jato], me perguntei se não tinha ido longe demais na aplicação da lei, se o sistema político não iria revidar. Esse caso ia chegar ao fim, e era preciso que gerasse mudanças institucionais. Me senti tentado pela possibilidade de fazer algo mais significativo, não pela posição de poder.”

O problema, evidentemente, é achar que pode fazer isso em um governo chefiado por Bolsonaro, cujo interesse é usá-lo



para submeter o povo, não para sanear o país (v. Bolsonaro quer usar Moro para dar respeitabilidade de fachada a um governo sem nenhuma e Moro e o risco que Bolsonaro representa para a democracia).

Aliás, Bolsonaro não considera o combate à corrupção nem mesmo prioritário. Pelo contrário, o prioritário, para ele, é reprimir a ideologia dos outros para que somente a sua domine tudo (não é uma ilação, muito menos uma invenção; é o que diz o próprio Bolsonaro, e repetidamente; v. Bolsonaro diz que ideologia é mais grave que corrupção e Bolsonaro já diz que corrupção “não é tão grave” assim).

Portanto, não foram as “bolas nas costas” (isto é, as ações contrárias do governo, do Judiciário ou do Legislativo) que deixaram Moro cansado. Não há meio mais seguro de levar bolas nas costas, no combate à corrupção, que ser ministro de Bolsonaro para combater a corrupção.

O caso de Lorenzoni é um prenúncio – e já é grave.

Muito mais que qualquer “bola nas costas”, o que parece ter cansado Moro é a campanha de difamação, extremamente violenta, contra ele.

Esta, aliás, era uma das razões para que continuasse na 13ª Vara Federal de Curitiba. Apesar da juíza Gabriela Hardt ser uma excelente substituta de Moro, na verdade, tudo o que os corruptos queriam era retirá-lo do seu posto.

Como já observamos, Bolsonaro, de uma forma ou de outra, colaborou com os corruptos ao convidá-lo para o Ministério, e, portanto, tirá-lo da função que o tornou célebre, e na qual estava e podia contribuir muito mais para o país, do que em um Ministério que é, no melhor dos casos, uma alargada chefia de polícia.

Por consequência, é comum – embora, jamais, obrigatório – que decisões erradas levem a outras decisões erradas.

Assim, as declarações de Moro, também em Madri, de que Bolsonaro não representa “risco nenhum para a democracia” (“não vejo no presidente eleito nenhum risco de autoritarismo ou risco para a democracia”) são desse tipo de coisa errada que sucede uma decisão errada.

Por ter aceito o Ministério, Moro achou-se na obrigação de fazer uma declaração que, à luz da carreira de Bolsonaro, inclusive de seu comportamento recente, é absurda.

Mas isso ainda está, pelo menos até a posse, no plano das opiniões – e, claro, Moro tem o direito de ter a sua, ainda que errada, ainda que apenas para justificar uma decisão errada.

É diferente do caso de Onyx Lorenzoni, onde o problema são os fatos – e fatos muito desagradáveis para quem tornou-se um símbolo da luta contra a corrupção.

Com certeza, a curto prazo, é mais fácil ignorar certos fatos para, supostamente legitimar, diante dos próprios olhos, a decisão de aceitar o convite de Bolsonaro.

Mas isso somente é assim a muito curto prazo.

Não foi ignorando os fatos que Sérgio Fernando Moro tornou-se o juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba e da Operação Lava Jato – e teve um papel relevante na História do Brasil.

Naturalmente, ainda poderá ter – ou continuar a ter – esse papel relevante, pois nada o obriga a ignorar os fatos, somente porque é ministro de Bolsonaro.